



ACADEMIA MILITAR

Novas Missões da Polícia Militar

Autor

Aspirante Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Orientador: Major Cavalaria Pedro Alexandre Alves de Carvalho

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho 2012



ACADEMIA MILITAR

Novas Missões da Polícia Militar

Autor

Aspirante Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Orientador: Major Cavalaria Pedro Alexandre Alves de Carvalho

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho 2012

Dedicatória

“À memória da minha Mãe”

Agradecimentos

Este trabalho possui um carácter individual, mas não seria possível a sua realização sem o contributo de muitos, que direta ou indiretamente, influenciaram a sua elaboração e prestaram apoio, disponibilidade e espírito de equipa em algumas das matérias aqui apresentadas.

Ao Major de Cavalaria Pedro Carvalho, meu orientador, por toda a ajuda, apoio constante e dedicação prestados, na orientação deste trabalho em prol do seu sucesso.

Ao Comandante do Regimento de Lanceiros, Coronel Matos Alves pela inteira disponibilidade, em todas as vezes que recorri à sua pessoa, não só através da entrevista, mas em todas as conversas informais que contribuíram para o desenvolver deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Crespo, pela sua disponibilidade todas as vezes que recorri à sua pessoa para esclarecimento de dúvidas, quer pessoalmente, quer via correio eletrónico.

Ao Tenente-Coronel Correia, pelo seu auxílio e pela sua orientação neste trabalho, através da procura de informação pertinente para este estudo e também pela entrevista concedida.

Ao Tenente Eduardo Gomes, pelas suas orientações neste trabalho e pela entrevista concedida.

Ao Sargento-ajudante Rodrigues, pelo seu contributo neste trabalho através da entrevista concedida, e pelo esclarecimento de dúvidas.

Um enorme agradecimento à Professora Doutora Manuela Sarmento, pelo seu contributo e dedicação neste trabalho através, não só, do que respeita à aprovação do inquérito mas também a toda a sua correção e tempo despendido de forma a alcançar os objetivos do trabalho.

Um enorme agradecimento ao Professor Doutor José Fontes, pelo seu contributo e dedicação no que respeita à aprovação do inquérito.

Ao Tenente-Coronel Henrique Mateus, Diretor de Curso da Arma de Cavalaria na Academia Militar, pela forma preocupada como conduz os trabalhos de forma à consecução com êxito deste objetivo.

A todos os que responderam ao inquérito, o meu muito obrigado pelo tempo despendido.

Não podia deixar também aqui de referir a forma como fui recebido e acolhido no Regimento de Lanceiros em Lisboa, e a agradecer a todas as pessoas que se mostraram prontas a ajudar-me na realização deste trabalho.

Aos meus Pais, pelo apoio incondicional prestado ao longo de todo o meu percurso quer militar quer académico.

À minha namorada pela compreensão e pelo carinho que sempre demonstrou, pelo apoio e motivação que me deu, mantendo-se sempre a meu lado nos piores dias, encorajando-me e cedendo-me forças quando mais precisei.

Aos meus amigos e camaradas pela sua compreensão e apoio.

Por fim, gostaria de agradecer, a todos aqueles que não mencionei aqui diretamente, mas que não deixam de ter importância e que contribuíram de forma verdadeiramente significativa para a realização deste trabalho.

A todos o meu sincero obrigado!

Resumo

Este Trabalho de Investigação Aplicada concerne a abordagem das Novas Missões da Polícia Militar, tendo como objetivo principal, estudar as missões de detenção e de polícia, na polícia do nosso Exército. É de referir que o termo, novas, é usado tendo em conta a terminologia e enquadramento dado pelo *Allied Joint Doctrine for Military Police*. Assim sendo e, dado os cenários que se colocam nos dias de hoje, passam a ser missões doutrinárias da Polícia Militar, para além de Segurança, Prisioneiros de Guerra e Apoio à Mobilidade, também as missões de Detenção e Polícia. Estas missões tratam também de uma similaridade que se pretende refletir ao nível da Polícia Militar dos países NATO. Além de uma investigação a nível internacional, NATO, este trabalho também pretende versar a componente destas missões, não só, no âmbito das Missões de Interesse Público, em que o Exército Português atua como agente de Proteção Civil, mas também coadunado com este papel, aumentar a participação em missões de cooperação com as forças de segurança em algumas áreas que integram estas missões.

A metodologia empregue teve por base o Guia Prático de Metodologia da Professora Manuela Sarmento recolhendo-se informação através de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas e estruturadas e todas as conversas informais com especialistas nesta área.

Como resultado deste estudo pretendeu-se enfatizar o papel da Polícia Militar nos cenários de conflitos internacionais, justificando o seu emprego. Ainda se efetuou um reforço do que a Polícia do Exército poderia fazer em tempo de paz e quais as áreas especificamente onde poderia empenhar os seus meios, no Território Nacional, dando lógica a esta ação através da sua tipologia de missões.

Palavras-Chave: Polícia do Exército, Polícia Militar, Segurança Interna, Missões Internacionais, Missões de Detenção, Missões de Polícia.

Abstract

This Applied Investigation work concerns the approach to the New Missions of the Military Police. Its purpose is to study the new missions of Detention and of the Police in the police of the Portuguese Army. It is important to mention that the word “new” is used taking into account the terminology and framing given by the *Allied Joint Doctrine for Military Police*. Thus and according to the present time scenes, not only Security Guard, Prisoners of War and Support to Mobility, but also the missions of Detention and Police are now doctrinal missions of the Military Police. These missions also deal with a similarity which is supposed to be reflected to the level of the Military Police of the NATO countries. Beyond an international level investigation NATO, this work also intends to practice the component of these missions, not only in the scope of the Missions of Public Interest, where the Portuguese Army acts as an agent of Civil protection, but also, together with this role, to increase the participation in missions of cooperation with the Forces of Security in some areas that integrate the above mentioned missions.

The methodology used in this work was based on the *Practical Guide of Methodology* of the Teacher Manuela Sarmiento. The information was obtained through bibliographical research, documentary analysis, structuralized and semi-structuralized interviews as well as several informal talks with experts in this area.

The purpose of this study was to emphasize the role of the Military Police in the scenes of international conflicts, justifying its work. It was also done a reinforcement of what the Police of the Army could do in time of peace and in which areas it could employ its means, in the country, giving logic to this action through its type of missions.

Key - Word: Police of the Army, Military Police, Internal Security, International Missions, Missions of Detention, Missions of Police

Índice Geral

Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	x
Lista de Apêndices e de Anexos.....	xi
Apêndices.....	xi
Anexos.....	xi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xii
Parte I Introdução	
Capítulo 1: Prefácio.....	1
1.1. Preâmbulo	Erro! Marcador não definido.
1.2. Enquadramento	1
1.3. Justificação.....	2
1.4. Definição dos Objetivos.....	3
1.5. Questões de Investigação	3
1.6. Hipóteses	4
1.7. Metodologia	4
1.8. Enunciado da Estrutura do Trabalho.....	5
Parte II Revisão da Literatura	
Capítulo 2 Enquadramento Institucional.....	7
2.1. Enquadramento Legal Nacional.....	7
2.2. Enquadramento Conceptual Internacional	8

2.3. Segurança Nacional.....	9
Capítulo 3 Missões de Interesse Público.....	10
3.1. Missões de Interesse Público nas Forças Armadas	10
3.2. O Exército Português e as Missões de Interesse Público	11
Capítulo 4 Polícia Militar.....	13
4.1. A Polícia Militar e o Regulamento de Campanha.....	13
4.2. Polícia Militar em operações.....	14
4.3. Nova terminologia das missões da Polícia Militar.....	16
4.4. Detenção.....	18
4.4.1. Pessoa Capturada	19
4.5. Missões de Policia.....	21
Parte III Metodologia	
Capítulo 5 Metodologia e Procedimentos.....	24
5.1. Finalidade do Estudo.....	24
5.2. O Problema	24
5.3. Metodologia de Investigação	25
5.4. Caracterização da Amostra das Entrevistas – Fase II	26
5.4.1. Critério de Seleção da Amostra para as Entrevistas	26
5.5. Caracterização da Amostra dos Inquéritos – Fase III	27
5.5.1. Critério de Seleção da Amostra para os Inquéritos.....	27
5.6. Instrumentos.....	28
5.6.1. Análise Documental – Fase I	28
5.6.2. Entrevista – Fase II.....	28
5.6.3. Inquérito – Fase III.....	29
5.7. Programas Utilizados	29
Parte IV Apresentação, Análise e Discussão de Resultados	
Capítulo 6 Missões da Polícia Militar.....	30
6.1. Missões da Polícia Militar.....	30

Capítulo 7 Quadros Orgânicos.....	33
7.1. Análise de Quadros Orgânicos.....	33
7.2. Análise de entrevistas no contexto das missões internacionais	37
7.3. Análise do Efetivo da MPCoy	38
Capítulo 8 Cooperação com Forças de Segurança.....	40
8.1. Cooperação com Forças de Segurança.....	40
8.1.1. Análise das Entrevistas no Contexto	
de Cooperação com Forças de Segurança.....	40
8.1.2 Análise do Inquérito	42
Parte V Conclusões	
Capítulo 9 Conclusões e Recomendações.....	48
9.1. Introdução	48
9.2. Verificação de Hipóteses	48
9.3. Respostas às Perguntas Derivadas	50
9.4. Resposta à Pergunta de Partida	52
9.5. Reflexões Finais	52
9.6. Recomendações.....	53
9.7. Limitações da Investigação	53
9.8. Investigações Futuras	54
Bibliografia	
Bibliografia	55
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Índice de Figuras

Capítulo 5

Figura nº1 - Universo por género inquirido.....	26
Figura nº2 - Composição da amostra.....	27
Figura nº3 - Critério de seleção da amostra.....	27

Capítulo 7

Figura nº4 - Evolução do efetivo de Oficiais.....	35
Figura nº5 - Evolução do efetivo de Sargentos.....	35
Figura nº6 - Evolução do efetivo de Praças.....	36
Figura nº7 - Efetivo MPCoy.....	39

Índice de Quadros

Capítulo 5

Quadro nº1 - Composição da amostra para as entrevistas.....	26
---	----

Capítulo 6

Quadro nº2 - Missões da Polícia Militar NATO.....	31
Quadro nº3 - Equiparação das missões entre os diferentes documentos.....	31
Quadro nº4 - Missões da Polícia Militar.....	32

Capítulo 7

Quadro nº5 - Efetivo Operacional do Grupo PE década 70.....	33
Quadro nº6 - Efetivo Operacional do Grupo PE década 90.....	33
Quadro nº7 - Efetivo Operacional do Grupo PE pós Serviço Militar Obrigatório.....	34
Quadro nº8 - Efetivo Operacional do Grupo PE atual.....	34
Quadro nº9 - Organigrama de um Esquadrão PE.....	36
Quadro nº10 - Efetivo MPCoy.....	38

Capítulo 8

Quadro nº11 - Relação de Material e Armamento.....	41
Quadro nº12 - Relação de Canídeos.....	41
Quadro nº13 - Gráficos das respostas ao Inquérito.....	43

Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndices

Apêndice A - Guião de Entrevista	
Semiestruturada.....	1
Apêndice A.1 - Guião de Entrevista.....	4
Apêndice A.2 - Guião de Entrevista.....	6
Apêndice A.3 - Guião de Entrevista.....	8
Apêndice A.4 - Guião de Entrevista.....	10
Apêndice A.5 - Guião de Entrevista.....	12
Apêndice B - Relação entre o plano de operação	
VULCANO e LIRA.....	14
Apêndice C - Inquérito “Novas Missões	
de Polícia Militar”.....	15

Anexos

Anexo A - Quadro nº1 - Estatuto de Pessoas	
Capturadas e regras que regulam a Detenção.....	1

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AJP	Allied Joint Publication
APA	American Psychological Association
APP	Allied Procedural Publication
C	Concordo
CFT	Comando das Forças Terrestres
CRP	Constituição da República Portuguesa
CT	Concordo Muito ou Totalmente
D	Discordo
DT	Discordo Muito ou Totalmente
EUA	Estados Unidos da América
FND	Força Nacional Destacada
H	Hipótese
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NCND	Não Concordo nem Discordo
OD	Ordem do Dia
OMIP	Outras Missões de Interesse Público

ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Polícia do Exército
PM	Polícia Militar
PD	Perguntas Derivadas
RC	Regulamento de Campanha
RL2	Regimento de Lanceiros N°2
SOFA	Status of Forces Agreement
STANAG	Standardization Agreement
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

Parte I Introdução

Capítulo 1

Prefácio

1.1.Preâmbulo

No âmbito da estrutura curricular presente nos cursos da Academia Militar de forma a conferir o grau de mestre aos alunos desta instituição, surge este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Como é um TIA no âmbito da Arma de Cavalaria, escolhi a vertente Polícia do Exército (PE) e as novas Missões de Detenção e Polícia que fazem agora parte integrante da missão geral da Polícia do Exército.

Neste trabalho os termos, Polícia Militar e Polícia do Exército serão usados exaustivamente. Importa referir que Polícia Militar engloba todas as componentes, Naval, Aérea e Terrestre. Polícia do Exército refere-se apenas à componente Terrestre e tem por base a PE do Exército Português.

Este capítulo iniciar-se-á com um enquadramento ao tema tratado, passando pelos objetivos, falando das hipóteses e questões levantadas com este trabalho.

1.2. Enquadramento

A organização criada e responsável por garantir a lei e justiça no seio do Exército Português foi a intendência-geral da Polícia do Exército, a partir da carta régia de 5 de Janeiro de 1797 da rainha D. Maria I. Até meados do século XX, a Polícia do Exército continuou a existir, no entanto, foram criadas várias denominações para este Regimento, realçando a criação da Polícia Militar (PM) em 1953, dando enfase à denominação oficial de Regimento de Lanceiros Nº2 (RL2), em Lisboa, mais concretamente na Ajuda. Com a revolução de 25 de Abril de 1974, surgiu alguma instabilidade, e só em 1976 a especialidade de PM passa a designar-se de Polícia do Exército. Mas só em 1993 com a

reorganização do Exército o Regimento retoma o nome de Regimento de Lanceiros Nº2 (RL2). A Polícia do Exército, tendo por base o Regimento de Lanceiros, insere-se nas forças de apoio geral¹ no Exército Português. O RL2 vai ser a base de estudo deste trabalho isto porque é neste Regimento que se vive na primeira pessoa a aplicação destas missões e de que forma elas se adaptam à realidade do nosso Exército. Tendo em conta esta problemática de adaptação e de mudança, ir-se-á estudar neste trabalho as mudanças a nível das missões desempenhadas desde a criação do Regulamento de Campanha (RC) de Polícia Militar de 1956 até aos dias de hoje. De que forma é que a uniformização de procedimentos a nível da NATO, se tornaram importantes para as missões que a mesma preconiza a nível internacional, e se tiveram ou poderão ter efeitos, consequências ou mais-valias a nível nacional.

1.3. Justificação

A Doutrina Nacional da PE, em Portugal, provém da década de 60, baseada na doutrina desenvolvida pelos Estados Unidos da América (EUA).

O *Standardization Agreement* (STANAG)² do *Allied Procedural Publications* (APP)³ reflecte a doutrina *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) para a PM no cenário de Guerra-Fria.

Estes procedimentos foram particularmente úteis para coordenar o emprego das forças de PM, no cenário de Guerra-Fria no mundo, mas particularmente na Europa.

Dado o tipo de conflitos atuais foram atribuídas missões de Detenção e de Polícia às missões doutrinárias da PM, estamos a falar de Segurança, Prisioneiros de Guerra e Apoio à Mobilidade. Ciente dos novos cenários de intervenção a NATO desenvolveu uma nova doutrina de emprego da PM reflectida no *Allied Joint Doctrine for Military Police* (AJP)⁴. Esta publicação pretende dar uma orientação ao nível operacional, estando neste momento em desenvolvimento o sucessor do APP12, que dá orientação ao nível das táticas, técnicas e procedimentos.

¹ Conjunto das unidades operacionais destinadas a dar apoio geral de combate e serviços à Força Operacional Permanente do Exército

² STANAG 2226

³ APP 12

⁴ AJP 3.2.3.3

Com isto, é do interesse geral estudar esta nova terminologia dada às missões da PE, não só pela sua pertinência devido aos novos conflitos atuais mas também pelo possível contributo que a PE possa prestar a nível das missões de interesse público.

1.4. Definição dos Objetivos

Este trabalho tem os seguintes objetivos:

- Estudar e identificar os desafios que se colocam à PE no desempenho das novas missões.
- Investigar se o efetivo que conhecemos e tomando como referência a o Grupo de Polícia do Exército, sofreu alguma alteração para o cumprimento destas missões.
- Investigar qual o contributo destas novas missões para uma cooperação com as forças de segurança no Território Nacional.
- Estudar a importância de uma companhia de Polícia Militar nos conflitos internacionais.

Assim sendo, a pergunta de partida para esta investigação, é:

Que desafios se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões?

1.5. Questões de Investigação

Para criarmos diretrizes de orientação para a pergunta de partida e para os objetivos propostos anteriormente, levantou-se as seguintes perguntas derivadas (PD):

PD1: Como se organiza o Grupo de Polícia do Exército para desempenhar estas missões?

PD2: O efetivo do Grupo de Polícia do Exército sofreu alterações, na sua orgânica, desde o Regulamento de Campanha de 1956 até à ratificação do AJP?

PD3: Face às novas missões, terá a Polícia do Exército capacidade para desempenhar Outras Missões de Interesse Público?

PD4: Quais os contributos da Polícia do Exército no desempenho de Missões de Interesse Público?

PD5: Qual a importância de introdução destas novas missões?

1.6. Hipóteses

Para dar resposta à pergunta de partida e às perguntas derivadas, anteriormente enunciadas, foram formuladas as seguintes hipóteses (H):

H1: A organização do Grupo PE é suficientemente flexível para o cumprimento destas novas missões.

H2: Possui meios para o cumprimento de missões de cooperação com Forças de Segurança.

H3: Tem capacidade para desempenhar Missões de Interesse Público.

H4: As novas missões são diferentes das doutrinárias cumpridas pela PE.

H5: Tem capacidade para cumprir missões de cooperação com Forças de Segurança no Território Nacional.

H6: Os desafios a que se propõem as novas missões são o compromisso de Missões Internacionais.

1.7. Metodologia

Este trabalho cumpre as orientações dadas pela Academia Militar (Academia Militar, 2011) ao nível da redação dos trabalhos de investigação aplicada, completando-se com as orientações do livro da Professora Manuela Sarmiento (Sarmiento, 2008).

Para realização deste trabalho recorreu-se à revisão bibliográfica, que muito contribuiu para a aquisição de conhecimentos e estudo na área de Polícia Militar, ao método de análise qualitativa que engloba as entrevistas feitas a especialistas na área de Polícia Militar. Neste trabalho recorreu-se ainda ao método quantitativo através de um inquérito que elencou uma parte deste trabalho. No entanto, todas as conversas informais com especialistas na área ou militares que serviram a Polícia do Exército, foram importantes para este trabalho. A importância da Polícia do Exército no seio do Exército Português foi um dos motivos pelos quais me propus à realização deste trabalho.

O primeiro passo a ser dado para a realização deste trabalho foi em 2010, com a preocupação de apresentação de um tema de investigação para execução de um trabalho na última fase do tirocínio, no entanto, as 10 semanas dedicadas para execução deste trabalho foram o início de uma longa etapa até ao culminar deste estudo.

1.8.Enunciado da Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em cinco partes de acordo com as normas de redação de trabalho da Academia Militar. Para a primeira parte considera-se a Introdução, para a segunda parte considera-se a Revisão da Literatura, para a terceira parte considera-se a Metodologia e Procedimentos, para a quarta parte considera-se Apresentação, Análise e Discussão de Resultados e para a última parte considera-se as Conclusões e Recomendações.

No capítulo 1, é apresentado um enquadramento ao trabalho, o objetivo de investigação, as questões de investigação, as hipóteses, é elaborada uma breve explicação sobre a metodologia usada neste trabalho e por último é enunciado a estrutura de todo o trabalho.

A Revisão da Literatura é composta por três capítulos. Esta parte procura inteirar-se de toda a bibliografia usada e pertinente para este trabalho, que nos servirá como molde para elaborar a investigação. É um processo metódico onde a recolha de informação foi criteriosa procurando incidir-se sobre as áreas que pretendemos estudar. Posto isto, o Capítulo dois, procura introduzir as enquadrantes legais, o Capítulo três as Missões de Interesse Público e o capítulo quatro enquadrar a Polícia Militar num espetro internacional, abordando as missões que cumpre, dando maior incidência à Missão de Detenção e Missões de Polícia, terminologia usada pelo AJP 3.2.3.3.

Na terceira parte do trabalho, Metodologia e Procedimentos, é exposto a finalidade do estudo, o problema que se pretende estudar, é explicada a Metodologia de Investigação com todos os pormenores, explanando a caracterização e critérios de seleção da amostra para cada uma das fases. Por final nesta parte, foram ainda enunciadas as variáveis respeitantes a cada fase e os programas utilizados para tratamento de dados.

Na quarta parte do trabalho, apresenta-se todos os resultados relevantes para responder às questões de investigação levantadas. É aqui que são analisadas as missões da

Polícia Militar a nível NATO e da Polícia do Exército, para explicar a terminologia usada. É nesta parte também que se analisa quantitativos de efetivo, entrevistas, e por final os resultados do inquérito. Para facilitar toda esta análise recorreremos a quadros e tabelas devidamente ilustrados.

A última parte do trabalho concerne, as conclusões e recomendações onde são respondidas todas as perguntas levantadas por este trabalho e onde são discutidas as hipóteses de forma a cumprir com os objetivos deste trabalho.

Após o último capítulo, conclusões e recomendações surge a Bibliografia onde são apresentadas detalhadamente todas as referências bibliográficas indicadas ao longo da dissertação. Os Apêndices e os Anexos são apresentados posteriormente e servem de apoio a todo o corpo do trabalho.

Parte II Revisão da Literatura

Capítulo 2

Enquadramento Institucional

2.1. Enquadramento Legal Nacional

Neste capítulo iremos rever toda a legislação pertinente, para que possa sustentar um dos aspetos analisados neste trabalho, a cooperação com Forças de Segurança.

Do ponto de vista legal, procura-se enquadrar em que planos é que a estrutura operacional da PE pode cooperar com os órgãos de polícia local no Território Nacional. O objeto de estudo para esta parte, passa apenas por uma revisão legal, procurando sustentação para esta cooperação. A parte de análise será executada mais à frente.

A PE encontra-se dentro do quadro legal do Exército Português, ou seja, para os devidos efeitos a PE só poderia empenhar-se na Detenção de indivíduos, Fiscalização de Tráfego entre outros no Território Nacional, em Estado de Sítio ou Estado de Emergência, segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP) (Artigo 19.º da CRP), daí incumbir às Forças Armadas a defesa da República Portuguesa (Artigo 275.º). No entanto, se não nos cingirmos apenas à CRP a PE, segundo a Lei de Defesa Nacional (LDN) dentro do Exército pode executar ações de cooperação técnico-militar, cooperar com as forças e serviços de segurança, colaborar em missões de proteção civil e melhoria das condições de vida da população (Artigo 24.º).

Ainda na Lei de Segurança Interna, há uma articulação feita pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna para garantir que o Exército, Marinha e Força Aérea prestem o seu contributo nas partes necessárias. No entanto, a nível de Segurança Interna a sua enquadramento é muito reduzida, pois o Sistema de Segurança Interna não prevê nos órgãos executantes qualquer parte referente ao Exército, tendo por base a Lei nº53/2008, de 29 de Agosto.

O documento, Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) de 2004 vem contrabalançar o panorama do Exército e em concreto da PE, porque refere que nos termos

das leis, as forças militares podem participar na prevenção e combate às novas ameaças externas, citando o terrorismo, de modo a complementar as valências das forças de segurança que participam no restabelecimento da ordem interna, e ainda cooperar com parceiros na ordem externa (MIFA, 2004).

A Lei orgânica de bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) refere também que as Forças Armadas devem cooperar com forças e serviços de segurança e ainda colaborar em Missões de Proteção Civil (Artigo 26.º da Lei Orgânica nº1-A/2009, de 7 de Julho), alargando aqui a atuação das forças militares em Território Nacional, salvaguardando novamente o emprego das mesmas em Estado de Sítio ou de Emergência. Também se pode encontrar na Lei Orgânica do Exército no artigo 2.º esta participação na cooperação com as forças de Segurança Interna, mas também como força cooperante com a Proteção Civil ao nível do Território Nacional.

2.2. Enquadramento Doutrinário Internacional

No quadro internacional ao contrário do nacional, a situação e a sustentação legal é encarada sob uma nova perspetiva, embora normas e princípios do Direito Internacional sejam integradas no direito português⁵, assim como normas emanadas de órgãos competentes de organizações internacionais que Portugal faça parte são também aplicáveis na ordem interna.

Ao nível das forças nacionais destacadas (FND), para além da legislação nacional e internacional aplicada a estes militares pode-se referir os manuais, que não enquadram leis, existentes ao nível da PM, o APP-12 e o AJP 3.2.33. O APP-12 padroniza doutrina, táticas, técnicas e procedimentos que são usados pela PM da NATO durante as suas operações, no entanto é o AJP que refere e explica as Missões de Polícia e Detenção, que não aparecem de forma direta no APP-12. É o AJP que introduz um novo conceito de atividade da PM, para explorar a essência das capacidades da mesma ao nível da aliança atlântica.

Uma Polícia Militar da NATO, no que respeita à autoridade e jurisdição, continua a reter poderes e autoridade de prisão “sobre os membros da força que estão sujeitos à sua legislação nacional” (APP-12, 2002).

⁵ Artigo 8.º da CRP

2.3. Segurança Nacional

A segurança é uma necessidade que surge nos primórdios da vida, assim que nascemos procuramos de imediato segurança mesmo que não seja empiricamente. Ela está organizada segundo a pirâmide de Maslow em vários níveis, em que na base da pirâmide encontramos as necessidades fisiológicas, logo a subir a Segurança, em seguida e a crescer o amor e afeto, de seguida respeito e estima e no topo da pirâmide a autorrealização ocupando o 5º nível (Alves, 2010). O conceito de Segurança Nacional é mais abrangente do que o de Defesa Nacional, ou seja, o primeiro engloba o segundo. A Segurança Nacional segundo o Instituto de Defesa Nacional (2008) é a “condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.” As vertentes da Segurança Nacional são a Segurança Interna e a Segurança Externa, também conhecida como Defesa Nacional, explicadas anteriormente segundo a CRP. A Segurança Interna apesar de adquirir contornos policiais, ou destinado apenas e só às forças de segurança, não deve alimentar-se apenas dessa estrutura: “o pressuposto é o de que a questão da segurança, ou melhor da insegurança, não é, exclusivamente, um problema de polícia, é também um problema de sociedade e de civilização.” (Teixeira, 2002).

A segurança assume contornos que nos dias de hoje não se comparam aos de antigamente. O plano social, segurança no trabalho, segurança contra catástrofes naturais ou provocadas, segurança contra criminalidade e tudo o que a elas estão associadas, são tidas como mais importantes em relação a outras (Alves, 2010). A Segurança e a Defesa foram sempre encaradas como conceitos distintos mas devido ao aumento de criminalidade nomeadamente a partir dos anos 70, onde o tráfico de droga, pessoas e armas assumiu contornos que obrigou o Estado a um esforço alargado colocando-se a questão de o crime organizado assumir contornos de Defesa Nacional e não de Segurança Interna (Pereira, 2006). Com isto, não está mais certo o conceito introduzido pelo Coronel Alves: “Segurança é a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas.” (Alves, 2003).

Capítulo 3

Missões de Interesse Público

3.1. Missões de Interesse Público nas Forças Armadas

O mundo como o conhecemos hoje assume contornos que outrora não prevíamos. A preocupação com determinadas necessidades valoriza-se em comparação com o século passado. Segurança, Bem-Estar e outros conceitos ligados à pirâmide de Maslow integram uma nova realidade denominada por Missões de Interesse Público. As Missões de Interesse Público introduzem assim um conceito para umas Forças Armadas direcionadas para cenários de guerra que em muitos dos casos o equipamento disponível não se enquadra com o modo de atuação.

A Defesa Nacional deve garantir a proteção da população dentro e fora do Território Nacional, contribuir para a Segurança e bem-estar das populações, o que implica que a componente militar tenha a capacidade credível para esse exercício e para a salvaguarda dos interesses nacionais, quer em tempo de paz quer em períodos de crise ou conflito, satisfazendo assim os compromissos internacionais. Na 4ª revisão da Constituição da República através da Lei Constitucional nº1/97, de 20 de Setembro, no seu título X, dos Art.º 273º a 276º trata-se da Defesa Nacional onde “as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”. As Forças Armadas, no plano interno, participam no cumprimento de Missões de Interesse Público mais perto dos cidadãos, aproveitando racionalmente as suas disponibilidades, tirando partido e dando acréscido valor à sua presença ao longo do Território Nacional, promovendo uma relação enriquecedora com a sociedade, mostrando à mesma e mais diretamente, mais um dos papéis das Forças Armadas, que passa por ações de proteção civil em situações de calamidade pública, pela salvaguarda do bem-estar das populações, até à preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico.

3.2. O Exército Português e as Missões de Interesse Público

Em paralelo com as Forças Armadas também o Exército tem um papel ativo no que respeita ao desempenho de Missões de Interesse Público ou Outras Missões de Interesse Público (OMIP), e enquanto agente da proteção civil tem tido uma atuação de elevado dinamismo e com resultados que as entidades internas e externas têm classificado de altamente positivas. (Exército, 2011)

Este tipo de atuação tem sido enquadrada pela LOBOFA Lei nº1-A/2009, de 07 de Julho, que incumbe às Forças Armadas colaborar em termos de Missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações. Tendo também presente a Lei de Bases da Proteção Civil, Lei nº 27/2006, de 03 de Julho, o Exército é um agente de Proteção Civil e com isto, é parte integrante das suas missões a colaboração em funções de Proteção Civil. Existem dois tipos de previsão para esta intervenção, programada e inopinada. A intervenção programada é após a previsão e negociação entre várias entidades antes da ocorrência da situação ou intervenção. A intervenção inopinada é salientada em situações imprevistas e que origine necessidades de apoio. O Exército participa em termos de planos previstos, no Plano de Operações VULCANO, Plano de Operações LIRA e Plano de Operações ALUVIÃO. Segundo o Gabinete do Chefe de Estado Maior do Exército (2011), o Plano VULCANO prevê para o Exército, atividades de prevenção, vigilância, deteção e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais em resposta às solicitações da Autoridade Florestal Nacional do Ministério da Agricultura. Em 2009, no âmbito deste plano foram executadas 54 ações de rescaldo e 9 atuações de vigilância pós-incêndio. (Exército, 2011)

Outro dos planos é o plano LIRA, onde o Exército colabora com a proteção civil em ações para minimizar os efeitos dos incêndios e ainda noutro campo, relacionado com as necessidades básicas das populações, nomeadamente do foro logístico. Este plano centra-se essencialmente no contributo logístico das unidades apoiantes mais próximos, onde reside esta necessidade. O apoio é direcionado para a alimentação, transportes, apoio sanitário de emergência, o que inclui a evacuação terrestre de sinistrados, abastecimento de água às populações ou a unidades de combate a incêndios assim como a disponibilidade de infraestruturas conforme as necessidades. Este plano engloba estados de alerta assim como níveis de prontidão, coordenados com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. (Exército, 2011) A mesma fonte indica ainda a participação de militares e cinco Destacamentos de

Engenharia, espalhadas geograficamente pelo continente. Os meios tiveram empenhamento ao longo dos últimos 3 anos segundo o seguinte quadro resumo⁶:

Segundo o Exército (2011), outro dos planos é o ALUVIÃO, que ao contrário dos anteriores, o Exército dá o seu contributo através das suas unidades e órgãos colaborando ao longo de todo o Território Nacional, através de ações que visam evitar e/ou minimizar os efeitos de catástrofes naturais, nomeadamente cheias. Este tipo de ação visa desenvolver ações de busca e salvamento terrestre de pessoas e bens, através da disponibilização de meios de transporte, e instalações para alojar cidadãos que temporariamente perderam a sua habitação. O Exército é representado em 17 de um total de 18 centros de coordenação operacional distrital, sendo da responsabilidade desses elementos a ligação entre forças militares presentes no terreno e os vários agentes de proteção civil. O Exército dentro das suas capacidades desempenha as seguintes tarefas:

- a. Busca e salvamento terrestre de pessoas e bens
- b. Disponibilização de meios de transporte
- c. Disponibilização de meios de transposição e de esgotamento de águas
- d. Disponibilização de instalações para alojamento de emergência
- e. Distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água
- f. Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde
- g. Apoio sanitário de emergência
- h. Cooperação na manutenção de itinerários essenciais
- i. Cooperação na reabilitação de infraestruturas danificadas pelas cheias

⁶ Ver Apêndice B

Capítulo 4

Polícia Militar

4.1. A Polícia Militar e o Regulamento de Campanha

A portaria nº 15.690 compreende o Regulamento de Campanha da Polícia Militar em Portugal, que até aos dias de hoje ainda é o documento pelo qual este órgão se orienta. A sua organização segundo o Regulamento (1956) é feita em companhias e batalhões, com unidades específicas para desempenho de missões fora da zona metropolitana. Existia ainda companhias que a sua missão era apenas, escolta e guarda de prisioneiros de guerra.

A investigação de crimes militares e infrações disciplinares, cometidos por indivíduos que estejam sujeitos à lei militar é da responsabilidade da PM. Segundo a

Lei n.º 174/99, o Art.1.º afirma que o indivíduo até aos 35 anos de idade está sujeito a obrigações militares.

A PE segundo o Regulamento de Campanha (1956) executa as seguintes missões: manter ordem entre os militares e fazer cumprir todos os regulamentos que estes estão sujeitos; proteger quer militares quer civis de excesso de violência; recuperar propriedade militar perdida, roubada ou abandonada; escoltar prisioneiros de guerra; na zona sob a sua jurisdição territorial do comando que dependa exercer vigilância constante para evitar espionagem e atividades subversivas; cooperar com as autoridades locais ou outras organizações civis de socorros, em caso de desastre ou outra emergência grave; cooperar se solicitado com as autoridades civis na repressão de distúrbios, imposição da lei e proteção da propriedade pública.

Em teatro de operações ou regiões sujeitas a ações de combate, a PE exerce fiscalização de tráfego, escoltas a prisioneiros de guerra, fiscalização de movimentos de civis, evita pilhagens, entre outros.

Em Território Nacional, em zonas de aglomerados populacionais, respeita à PE manter a ordem entre os militares; fiscalizar a circulação militar quando estiverem a ser executados movimentos de tropas, fiscalizar os movimentos de indivíduos, militares e civis em zonas sob a jurisdição do Exército.

O Auxílio militar por parte da PE às autoridades civis em emergências graves é referido no Regulamento de Campanha, quando as autoridades requisitarem esta cooperação. Também a proteção de pontos sensíveis, tais como, instalações é da responsabilidade da PE, mesmo que estas se localizem em zonas de aglomerados populacionais.

O estatuto do agente da PE nesta portaria é tido como um agente de uma Polícia Civil e representa a instituição a que pertence bem como uma autoridade. “Quando em serviço, o membro da Polícia Militar é o agente e o representante da autoridade do Exército.” (Exército, 1956, p.19)

Quando se fala em Detenção, a autoridade para um agente PE deter qualquer pessoa, acontece quando a mesma está sujeita à jurisdição militar, quando infringiu o Código Penal ou quando a sua conduta obrigue por parte do agente à detenção. Compete ainda à PE a detenção de um indivíduo em Flagrante Delito sujeito a pena de prisão, entregando às autoridades civis assim que possível e acompanhado da ocorrência cometida

4.2. Polícia Militar em Operações

As tarefas que uma força de PM, em missões de apoio à paz, desempenha são várias. A PM pode estar direcionada para a segurança e controlo de acessos da base militar, escoltas de indivíduos, colaborar na fiscalização de tráfego através de checkpoints, entre outros. No entanto, é necessário ter em conta o nível de ameaça, Regras de Empenhamento, e se força é aceite ou não pela população.

O manual que aborda a atuação e emprego de meios da PM é o APP-12, que tem como principal objetivo definir os métodos e procedimentos de treino e execução de tarefas das forças da PM da NATO. Segundo o APP-12 o termo *NATO Militar Police*, pode incluir forças compostas da NATO ou forças que não pertencem à NATO, remetendo sempre à componente terrestre da Polícia Militar. Em alguns países, o conceito de PM engloba todas as componentes, terrestre, naval e aérea, no entanto este trabalho, mais uma vez refere-se apenas à componente terrestre da PM, ou seja ao ramo do Exército.

As funções e missões da PM, segundo o APP-12 para além de assegurar a ligação com a polícia local para garantir a Manutenção da Disciplina Lei e Ordem são garantir o controlo de circulação, a segurança de área, tratamento e “modo de operar” com os

prisioneiros de guerra, uma unidade especializada da PM NATO em operações informações e ainda investigação de crimes. No entanto, segundo o APP-12, ainda contempla a formação da polícia local.

O Controlo Circulação segundo o APP-12 engloba o controlo dos “*Staggler*”⁷, o controlo e fiscalização do tráfego e movimentos militares, reconhecimento e vigilância de algumas vias, o controlo de refugiados, recolha de informações sobre algumas vias, controlo de disseminação de informação, manter a ligação com o país anfitrião para coordenação com autoridades e serviços de emergência, escoltas a colunas, posto de controlo de circulação, e investigação de acidentes de trânsito.

A Manutenção da Disciplina Lei e Ordem considera-se a aplicação das leis militares e civis sobre os militares e em determinadas condições, legais sobre o pessoal civil atribuído à força. No entanto, é de salvaguardar que todas as operações conduzidas pela força no teatro de operações estão sobre alçada da força a que pertence, e que todos os direitos e deveres que estão sujeitos derivam do SOFA⁸. A Manutenção da Disciplina Lei e Ordem engloba ainda investigação criminal, operações com reclusos, investigação de tráfego, operações de contra terrorismo, patrulha com cães, e investigação de crimes de guerra.

A Segurança de Área, segundo o APP-12 (2002), é desenvolvida tendo em conta o conjunto de medidas necessárias para proteção da força e aumentar a liberdade para uma unidade conduzir missões. As forças de polícia militares da NATO podem e devem contribuir para Missões de Segurança de Área, o que inclui fruto da sua experiência, a segurança de equipamento, instalações e pontos críticos. Como análise, dentro desta segurança é necessário existir a “*inteligência*” ou informações da Polícia Militar, uma unidade que na orgânica da PM assume-se como unidade de informações, que consiste em analisar, divulgar, adquirir, processar as informações resultantes de atividades criminosas, aplicação da lei, operações de segurança e incidentes que perturbem a ordem pública. A Segurança de Área engloba ainda reconhecimento de área, vigilância de área, segurança de cargas especiais, nomeadamente material crítico como armamento, munições e explosivos, unidade de resposta a ações terroristas e proteção pessoal, concretamente segurança a altas entidades que visitem o teatro ou segurança a altas entidades que se localizem no teatro

⁷ *Straggler* ou Transviado é definido com pessoa e/ou veículos que, sem razão aparente ou sem missão atribuída separa-se da unidade ou coluna.

⁸ *Status of Forces Agreement* (SOFA), tem por objetivo regular o estatuto das forças. Conjunto de poderes, competências e autoridades que normalmente prevalecem sobre as autoridades locais.

que se encontrem passíveis de ameaça terrorista. As unidades que respondem a ações de subversão têm uma missão atribuída. Neste caso, é a segurança da área da retaguarda.

Outras das missões da PM é o Tratamento e Acompanhamento de Prisioneiros de Guerra, ou seja, segundo o APP-12 (2002) é a PM que é responsável por todo o processo desde a captura até à libertação. É a PM que se responsabiliza pela evacuação, registo, e conduta até ao lugar onde são colocados. A PM deve estar ciente dos seus direitos obrigações, assim como as responsabilidades que tem perante eles, tendo sempre presente a Convenção de Genebra, estatuto dos prisioneiros de guerra, *The International Committee of the Red Cross*⁹, e *The Protecting Power*¹⁰.

4.3. Nova terminologia das missões da Polícia Militar

De acordo com o espectro de operações vivido atualmente, a NATO desenvolveu uma nova doutrina de emprego da PM, refletida no AJP 3.2.3.3. esta publicação pretende dar uma orientação doutrinária ao nível operacional, daí o surgimento desta nova terminologia de missões, tendo em conta as missões doutrinárias.

A PM contribui com capacidades específicas, numa simbiose com as competências individuais de cada homem que não são conseguidas por outras forças da NATO. O emprego destas características e competências são conduzidas por um Preboste¹¹, *Provost Marshal* que dá apoio aos objetivos do comandante. A PM irá então realizar Missões de Polícia Militar, que de acordo com esta publicação serão Apoio à Mobilidade, Segurança, Detenção e Missões de Polícia que são conduzidas em todas as operações militares, tendo em conta os dias de hoje.

Para atuação neste tipo de teatros segundo o AJP, há que considerar determinados princípios que são o planeamento centralizado, o controlo descentralizado, economia de forças e cooperação. O planeamento centralizado define-se como o centralizar das operações e suas atividades para permitir uma aplicação rápida em apoio à resposta de um comandante. O controlo descentralizado define-se como as tarefas para dar resposta ao princípio anterior, ou seja, o controlo descentralizado de recursos da PM vai permitir uma

⁹ Organização Humanitária mundial, imparcial a qualquer facção, que trabalha em prol das pessoas afetadas por conflitos armados.

¹⁰ Capacidade de um estado proteger outro, através das relações diplomáticas.

¹¹ Preboste ou Provost Marshal é um oficial da polícia militar que aconselha o comandante da força sobre todos os assuntos relacionados com atividades quer de polícia militar quer de polícia civil

resposta com tempo às necessidades do comandante da força que apoia a nível tático e operacional. A economia de forças é estabelecida como um princípio, porque dado a escassez de recursos, é necessário que os mesmos sejam distribuídos para as tarefas de maior prioridade. É também em prol da não duplicação de tarefas que este princípio fala. Por fim a cooperação, como último princípio, entre as unidades irá contribuir para a coesão da formação e desejado espírito de corpo. Este princípio passa ainda por uma ação de cooperação a todos os níveis de comando, cooperação com aliados, agências governamentais e não-governamentais e com os civis, para garantir sucesso na missão a cumprir.

A Missão que o AJP 3.2.3.3 refere em primeiro lugar é o Apoio à Mobilidade que aborda o Plano de Movimentos, o Controlo de Movimentos, e o Reconhecimento de Itinerário ou Sustentação de Movimentos. O Apoio à Mobilidade é então o facilitar da circulação pela PM ao longo das linhas de comunicação com o objetivo de garantir a liberdade de ação do comandante em todas as operações de manobra da NATO. O plano de movimentos engloba a preparação de colunas táticas ou administrativas assim como a previsão de movimentos populacionais nestes itinerários, o prévio reconhecimento dos itinerários a passar, horários de passagem da coluna em estradas principais, a ligação entre elementos pertencentes à força, civis ou autoridades do país anfitrião. O controlo de movimentos passa por manter uma certa fluência de tráfego de modo a controlar e regular os itinerários onde a coluna irá passar impedindo tráfego não autorizado, quer seja militar quer seja civil. O reconhecimento ou sustentação do movimento, é apenas o comunicar das condições das vias, fatores ambientais, sociais e possíveis pontos de ameaças. É por outras palavras, o manter do controlo da rede estradal por onde as colunas táticas ou administrativas passam.

A seguinte missão que o AJP aborda é a Segurança que passa por um apoio à segurança dada pela PM. Sendo a segurança uma responsabilidade do comando da força a PM irá contribuir para um ambiente seguro através da realização de funções de segurança tais como Segurança de Área, Segurança Física, Segurança Pessoal e Proteção de Determinadas Pessoas e/ou Proteção de Informação. A PM é a força apropriada para conduzir operações como Segurança de Área, isto devido à sua capacidade de mobilidade e comunicação, aumentando assim a proteção de determinadas instalações e forças. É de referir que esta tarefa não substitui a missão primária de segurança que é realizada por todo o pessoal é apenas um complemento a essa segurança que neste caso é desempenhado pela

PM. A Segurança Física visa medidas tomadas destinadas a salvaguardar o pessoal, equipamentos, instalações, material e documentos contra ações de espionagem, sabotagem, danos ou furtos. A PM contribui para a Segurança Física através da análise de riscos, análise de ameaças, entre outras. A Segurança Pessoal, neste caso concreto, preocupa-se com todas as medidas relacionadas com o pessoal, destinadas à neutralização de ameaças representadas por organizações de informações hostis, ações de subversão, grupos ou indivíduos. A Proteção Pessoal é destinada a altas entidades, e feita através do empenhamento de algum pessoal, credenciado para esta função. Este tipo de proteção destina-se a garantir uma proteção adicional contra ataques terroristas, sequestros, entre outros. Este tipo de proteção acompanha a entidade predominantemente em todos os seus movimentos ao longo do teatro de operações, onde a equipa normalmente é constituída por indivíduos treinados para segurança de altas entidades, condutores dotados de recursos para condução, destinada a este tipo de missão, assim como, outras medidas de segurança inerentes para assegurar o bem-estar da entidade protegida.

Por final a Segurança da Informação trata de medidas organizacionais, processuais, físicas e técnicas destinadas a salvaguardar todo o tipo de informações, quer a nível verbal, documental, informático em qualquer tipo de ambiente operacional de modo a impedir a divulgação, modificação, destruição ou perda. A PM pode ainda dentro das informações prestar serviços no que toca a segurança de redes locais ou redes de internet, para proteção contra intrusos.

4.4. Detenção

A Detenção é uma das missões que neste trabalho irá ser abordada mais pormenorizadamente. A Detenção é o “ato de restringir ou deter sob custódia através de fins legais, tais como, acusação, manutenção da segurança pública, ou sob ordem jurídica, temporariamente a liberdade de uma pessoa até que a mesma possa ser entregue às suas autoridades.” A PM em termos de detenção providencia um planeamento adequado, supervisão e garantia do correto maneo e tratamento dos prisioneiros de guerra,

internados¹² e outros detidos em conformidade com as convenções internacionais e leis aplicáveis. É missão da PM auxiliar no planeamento de operações de Detenção através de uma procura minuciosa de infraestruturas adequadas para o efeito, segurança das mesmas, providenciando logística e acordo técnico no que respeita a maneo, processamento e disposição do pessoal capturado, assim como bens pessoais e provas. Uma das novas tarefas que vem descrita no AJP 3.2.3.3, dentro da Missão de Detenção, é a PM poder ser chamada para ajudar a restabelecer os serviços prisionais. Um aspeto a ter em conta é a política nacional que está a ser imposta, considerar aspetos relacionados com o maneo e tratamento de pessoas e material capturado, como por exemplo as autoridades atribuídas por quem faz a Detenção, tempo máximo para manter sob custódia o pessoal capturado. A função Detenção ainda frisa um aspeto introdutório que é a necessidade de supervisão e confirmação de que, quando entregue o prisioneiro a outra parte, esta, desempenha a sua missão corretamente.

4.4.1. Pessoa Capturada

É importante definir quando se fala em Detenção o que é uma pessoa capturada. Para tal e depois de feita uma análise ao documento “*Treatment and Handling of Captured Persons*” da NATO pode-se afirmar que é um termo genérico que engloba todos os indivíduos que são detidos por membros da NATO como consequência de uma ação militar. Este tipo de ações pode assumir vários contornos, que vão desde um combate direto que passa por operações contra insurgentes até às operações de apoio à paz. Pessoa capturada pode ser inimigo, um militar ou um insurgente. Este tipo de pessoal é detido por razões de segurança da força, ou numa ação militar quando são identificados como criminosos. A Detenção inicia-se quando uma pessoa, não pertencente à força liderada pela NATO, é privada da sua liberdade por pessoal. É de referir que a privação de liberdade não se inicia quando, é pedida ou ordenada a uma pessoa para se manter parada, por exemplo “aproximação de um posto de fiscalização ou quando a pessoa está a ser revistada” (Nato, 2011, p.7). Este manual refere ainda que a privação de liberdade só é considerada quando há uma intenção de manter a pessoa capturada sob custódia. Quando alguém é colocado sob custódia de alguém tem de haver algo a legislar esta captura e tratamento. É aqui que

¹² Internado ou *Internee* é um estatuto especial de um prisioneiro de acordo com a 4ª Convenção de Genebra. Um internado civil é um civil que está detido por uma força por motivos de segurança. Um dos exemplos históricos é o aprisionamento americano japonês durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

entra a lei dos conflitos armados nomeadamente as Convenções de Genebra que refere os prisioneiros de guerra e internados em duas categorias¹³ de pessoas capturadas inseridas num protocolo adicional à convenção. A definição e tratamento dos prisioneiros de guerra está pormenorizadamente tratada na Convenção de Genebra¹⁴, no entanto, para ser considerado prisioneiro de guerra é necessário fazer parte de uma força reconhecida, ou seja, que tenha concordado com a convenção. Outro dos assuntos que a publicação, referida neste subcapítulo, aborda é o conceito de criminoso à luz do processo de Detenção. O criminoso quando detido não irá ser tratado tendo em conta a Convenção, mas sim de acordo com o Direito Criminal, sendo remetido para o Direito Penal Internacional, ou seja, uma pessoa capturada que seja detida durante uma situação que não corresponda a um conflito armado é detida tendo em conta a lei dos direitos humanos e o direito nacional. Os fundamentos legais para a intervenção militar são orientadas e legisladas pelo Direito Internacional. Nos dias de hoje fala-se bastante, na comunicação social, sobre a legalidade de uma operação militar, casos conhecidos, como por exemplo, a invasão ilegal, (Blix, 2010) do Iraque em 2003. O, então Presidente Bush, na altura, tomou esta decisão sem o consentimento do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). É o Conselho de Segurança da ONU tendo por base o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que emite um parecer sobre a autorização de operações militares, salvaguardando no entanto a lei dos conflitos armados e os direitos humanos.

Tendo por base as definições de conflito e não conflito armado internacional, direito internacional comum, e aplicação dos direitos humanos, a condição e estatuto da pessoa capturada é determinada sendo classificada como prisioneiro de guerra, internado, pessoa com direito ao tratamento de um prisioneiro de guerra, detido¹⁵, criminoso e pessoa indiciada de crimes de guerra. O quadro em anexo¹⁶ explica onde cada um dos citados anteriormente se enquadra quando é detido.

O tratamento do pessoal capturado deve ser, independentemente das circunstâncias em que o individuo foi detido, de forma humana tendo em conta a lei dos conflitos armados e a lei dos direitos humanos, e deve incluir a proteção contra: violência contra a

¹³ O Estatuto de Prisioneiro de Guerra é abordado na Convenção III, Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, enquanto o estatuto de Internados é abordado na Convenção IV, Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Cíveis em Tempo de Guerra.

¹⁴ Convenção de Genebra III, Convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra aprovada por ratificação Decreto-Lei nº.42 991, de 26 de Maio de 1960 entrando em vigor na ordem jurídica de 14 de Setembro de 1961.

¹⁵ Detido ou *Detainee* é uma pessoa capturada, que não tem direito ao estatuto de Prisioneiro de Guerra nem ao tratamento. Não é internado, criminoso ou pessoa indiciada de crimes de guerra.

¹⁶ Ver Anexo A

vida e contra a pessoa, em particular homicídio de todos os tipos, mutilação, tortura, tratamento cruel; fazer refém uma pessoa capturada; tratamento humilhante e degradante. A pessoa capturada deve ter direito a um julgamento prévio por um tribunal reconhecido.

A captura de uma pessoa é dividida, segundo o Tratamento e Maneio de Pessoas Capturadas (2011, p.14), em quatro fases: a Captura, a Confirmação, o Internamento e a Resolução.

O AJP entra aqui em concordância com este documento quando refere “garantia e supervisão” (Nato, 2009, p. 3-3), onde este documento responde com “a força que detém o individuo conserva a responsabilidade residual e deve reafirmar o seu controlo não devendo o novo poder desviar-se das formas de tratamento padrão” (Nato, 2011, p.31).

4.5. Missões de Polícia

Segundo o AJP as Missões de Polícia devem contribuir para a introdução de pessoal especializado no terreno, no que respeita a assuntos relacionados com a Manutenção da Lei, mas também pessoal responsável pela formação de uma nova polícia local, assim como uma unidade supervisora por esta panóplia de funções. As Missões de Polícia englobam assim segundo o AJP; Manutenção da Disciplina Lei e Ordem, Investigação de Crimes, Investigação de Acidentes de Trânsito, Ações Contra Terrorismo, Cinotecnia, Investigação de Crimes de Guerra, Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal, Controlo de Fronteiras, Liberdade de Movimentos e ligação com a polícia local.

Um dos primeiros pontos abordados no AJP, é a criação de um suporte legal comum, ao nível da estrutura NATO, dando capacidades de resposta aos comandantes ao nível de execução, ou seja, a criação deste suporte legal comum a todas as forças NATO presentes no teatro, assim como a padronização das técnicas e procedimentos na conduta e aplicação da lei. Com a necessidade de reforma do sector ao nível da segurança, apesar da diversidade de forças no teatro, e muitas delas nem serem polícia, a PM é a indicada para acompanhar estas ações no que respeita a acompanhamento, formação e orientação da polícia local. Para além disto, o APP-12 refere neste ponto inicial, que para aplicação da lei devem ser realizadas patrulhas de fiscalização, buscas a edifícios, viaturas e pessoal, entre outras. No teatro de operações é importante a investigação de crimes, embora no caso de Portugal a PE não tenha capacidade para executar, no entanto, segundo o AJP estas investigações devem ser conduzidas para “preservar as capacidades operacionais de um

comandante” (Nato, 2009, p. 3-4), isto é, para não afetar a boa conduta em operações da força. No caso da polícia local não ter capacidade para investigar crimes civis, é a PM que irá conduzir estas investigações. No caso de Portugal a responsável por tal situação seria a Polícia Judiciária Militar. A prevenção criminal é outro dos pontos que o AJP engloba nas Missões de Polícia. A sua importância destaca-se em salvaguardar a força no que respeita a esta área, através da criação de um plano onde é incluída a ameaça criminal, que indica as áreas de interesse para um comandante, recomendações, restrições e recolher obrigatório.

O Controlo de Fronteiras é outra das Missões de Polícia importante, porque é através deste que a PM auxilia ou controla individualmente, a entrada e saída de pessoas ou objetos dentro do país. Dado o novo tipo de conflitos, “ameaça criminal não tradicional sobressai” (Department of the Army, 2002, p.1-6) este novo tipo de ameaça localiza-se principalmente nas fronteiras, em portos, ou em áreas edificadas, e é sobre este tipo de ameaças, que a PM atua, daí a importância da mesma em se localizar em locais fronteiriços. Este tipo de operações é efetuado em prol da força, nunca atuando individualmente. É um pouco nesta área que se enquadra a Cinotecnia, para deteção de drogas e explosivos, evitando também ações de terrorismo. Outra das particularidades de uma força de PM é o Controlo de Tumultos que é muitas vezes não desempenhado por forças de PM tem de ser supervisionado por a mesma. Nos dias de hoje, cada vez é mais solicitado este tipo de intervenção, isto porque o número de civis, envolvido é enorme, e os acontecimentos onde este tipo de força intervêm é direcionado para controlo de multidões. A PM apoia para restabelecer o controlo da multidão para um bom funcionamento do governo, com elementos especialmente treinados para um uso correto e gradual da força tendo em conta todos os efeitos e danos colaterais que se possa repercutir no caso de o “Modus Operandi” não for o correto.

Outro dos assuntos que englobam as Missões de Polícia é a Investigação de Crimes de Guerra, que não difere consideravelmente de outras investigações criminais conduzidas pela PM. É importante neste tipo de investigações que este tipo de situações não prejudique as operações em curso.

A Investigação de Crimes de Guerra é a “investigação de crimes contra a humanidade e crimes cometidos que violem leis relacionadas com a guerra e outras convenções internacionais por uma pessoa ou pessoas que sejam militares ou civis” (Nato, 2002, p. 5-3). A PM pode ser indicada como um órgão que apoia a investigação de crimes de guerra se não tiver pessoal especializado para tal. Mais uma vez em Portugal, a PE, não

tem competências para execução destas investigações, apenas pode preservar o local do crime assim como algumas provas evidentes até chegarem elementos credenciados para conduzir a investigação. Este tipo de crimes pode ser cometido por pessoal da força mas também pela força inimiga, quer seja ela civil ou militar, contra a força ou contra a população civil.

A Investigação de Acidentes de Trânsito também pode ser mais uma das missões a desempenhar, nomeadamente no que diz respeito a determinar o culpado a fim de auxiliar o procedimento judicial. A PM tem como objetivo reduzir as causas e perdas de equipamento tendo em conta que as viaturas devem ser operadas de acordo com as normas e regulamentos. Uma das preocupações do comandante ao nível de trânsito passa por o impacto das colunas militares no teatro, ou seja, o tráfego gerado por viaturas militares não deve ser visto como uma ameaça para a população local, evitando a todo custo que este tipo de tráfego crie problemas e acidentes no trânsito local. Num acidente de trânsito deve ser identificado o pessoal, ambiente, e fatores técnicos que possam ter contribuído para o acidente. Como forma de prevenção deve fazer-se inspeções de segurança prévias, reconhecimento de vias e tomar medidas preventivas no que diz respeito à velocidade. O acidente deve ser investigado no local, sempre que a situação tática o permita. É responsabilidade da PM proteger e preservar o local do acidente, e quando houver necessidade de assistência médica assegurar um ponto de passagem para que o local não seja contaminado.

Se houver pessoal pertencente à Investigação de Acidentes de Trânsito da PM credenciado para tal, deve recolher provas físicas, fazer teste de alcoolémia assim como controlo de drogas, fotografar o local e entrevistar as vítimas e testemunhas envolvidas no acidente. Apenas quando a PM tiver em sua posse a informação necessária, o local é limpo e o trânsito se condicionado, é restabelecido. Depois disto o relatório final é elaborado juntamente com o croqui e entregue à autoridade competente.

Parte III Metodologia

Capítulo 5

Metodologia e Procedimentos

5.1. Finalidade do Estudo

Este trabalho tem como finalidade investigar se o efetivo que conhecemos e tomando como referência o Grupo de Polícia do Exército, sofreu alguma alteração para o cumprimento destas missões. Também é objetivo investigar se a PE continua a executar as missões doutrinárias em tempo de paz, ou se há alguma alteração quando da sua aplicação em teatro de operações.

Explorar áreas onde as Forças de Segurança estejam mais vulneráveis segundo uma dada população inquirida. Investigar se é possível a atuação por parte da PE nas áreas inquiridas, dentro da cooperação com a Segurança Interna.

Por último, analisar os planos de Missões de Interesse Público onde a PE participa e verificar se as missões que executam estão de acordo com as suas missões doutrinárias.

5.2. O Problema

A PE tem vindo a sofrer alterações na sua tipologia de missões, desde que se abandonou o conceito de guerra convencional. A sua atuação durante os primórdios da guerra sofreu alterações até aos dias de hoje, tendo sempre por base o cumprimento da sua missão tendo em conta o Regulamento de Polícia do Exército de 4 de Janeiro de 1956.

Embora as missões se mantenham, o modo de como são cumpridas e a adaptação aos dias de hoje e aos tempos de paz em simbiose com as Missões de Interesse Público e Missões Internacionais, as mesmas são esmiuçadas ao máximo para que possam ser adaptadas a esta nova realidade. Apesar de a Doutrina NATO ter dado um contributo

sólido para este desenvolvimento, muitas vezes a escassez de informação e de justificação de atuação em algumas circunstâncias começa a apresentar contornos não ultrapassáveis.

O recurso a terceiros, como uma fonte fidedigna, foi um ponto importante para tentar validar algumas hipóteses levantadas para este trabalho. Ao longo do trabalho e tomando como partida a pergunta central, foram identificados novos desafios que foram investigados nos métodos científicos usados.

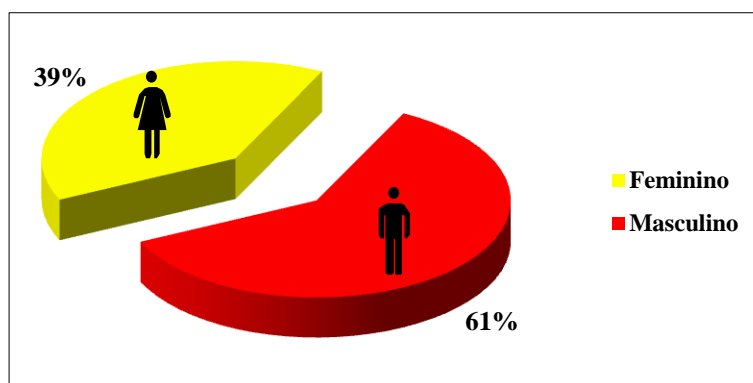
Deste modo o problema, que orientou a pesquisa bibliográfica e orientou o trabalho é o seguinte: que desafios se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas Novas Missões? Esta pergunta irá alargar o espectro de estudo deste trabalho, no entanto é importante citar que os “desafios” irão compreender as missões que a Polícia do Exército desempenha ou poderia desempenhar no Território Nacional e as missões que cumpre além-fronteiras ao abrigo dos acordos internacionais.

5.3. Metodologia de Investigação

A metodologia de investigação utilizada para a elaboração deste trabalho de investigação engloba análise indutiva e dedutiva, ou seja análise qualitativa e quantitativa respetivamente. Na análise dedutiva procurou-se através de entrevistas a indivíduos especialistas na área de Polícia Militar e Polícia do Exército, análise documental a livros, revistas e documentos, encontrar meios e respostas para responder aos problemas levantados. Neste tipo de análise examinou-se as respostas às entrevistas e comparou-se entre elas, procurando confirmar as hipóteses de pesquisa. Na análise indutiva procurou-se a compreensão dos problemas a partir da perspetiva dos entrevistados. Através deste tipo de análise a apresentação de resultados não é tão esquemática, envolve-se num contexto mais narrativo.

Numa outra fase foram selecionadas oito áreas que fazem parte das missões cumpridas pela Polícia do Exército e foi elaborado um questionário com dezasseis perguntas. Este inquérito foi validado por dois doutores na área de metodologia científica e aplicado a 10 indivíduos, que constituíram a amostra para proceder a aplicação do inquérito. Após a amostra, foram efetuadas as alterações necessárias e corrigidos alguns erros para se poder proceder à aplicação do inquérito. Na fase final, este inquérito foi aplicado a população civil e militar, que corresponde a um universo de 150 pessoas.

Figura nº1 – Universo por género inquirido



5.4. Caracterização da Amostra das Entrevistas – Fase II

Esta fase do trabalho de campo foi realizada no ano letivo de 2011/2012, mais precisamente no período respeitante ao mês de Fevereiro a Junho. Para esta amostra foram escolhidos 5 indivíduos entre oficiais e sargentos.

5.4.1. Critério de Seleção da Amostra para as Entrevistas

Os indivíduos selecionados para a realização de entrevistas foram selecionados tendo em conta os seguintes critérios:

- Conhecimento aprofundado na área de Polícia do Exército e Polícia Militar.
- Desempenharem ou que tenham desempenhado funções na Polícia do Exército.
- Pertencer às classes de Oficiais e Sargentos

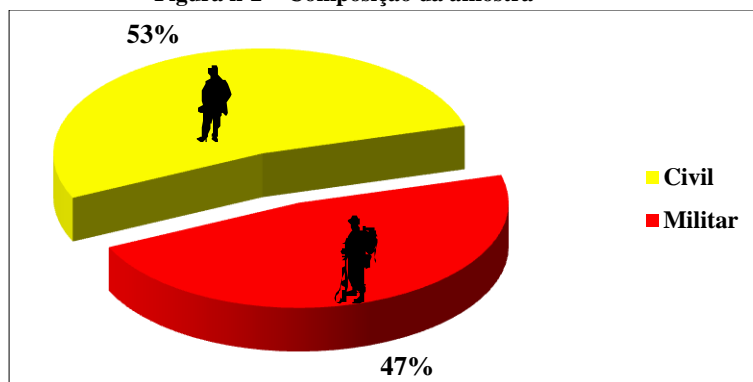
Quadro nº1 – Composição da amostra para as entrevistas

Posto	Número	Nome
Coronel	1	Coronel Matos Alves
Tenente-Coronel	2	Tenente-Coronel José Crespo Tenente-Coronel Rui Correia
Tenente	1	Tenente Eduardo Gomes
Sargento-Ajudante	1	Sargento-Ajudante Rui Rodrigues

5.5. Caracterização da Amostra dos Inquéritos – Fase III

Esta fase refere-se à aplicação do inquérito elaborado para recolha de dados e foi realizado no ano letivo de 2011/2012, no mês de Março a Junho. A recolha de dados foi feita em estabelecimentos de Ensino, em Unidades Militares e em algumas Empresas. Procurando recolher dados de todo o Continente, utilizou-se a Internet para difusão do Inquérito, no entanto não era elemento de resposta no inquérito a zona do país pertencente.

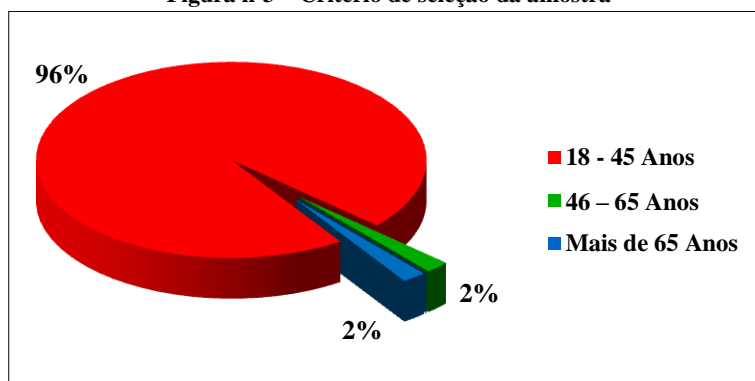
Figura n°2 – Composição da amostra



5.5.1. Critério de seleção da Amostra para os Inquéritos

- a) Ser indivíduos com mais de 18 anos, inclusive
- b) Frequentarem ou terem frequentado o ensino secundário ou superior
- c) Cidadãos votantes

Figura n°3 – Critério de seleção da amostra



5.6. Instrumentos

A escolha das variáveis e instrumentos para o desenvolvimento deste trabalho de investigação estruturou-se em três fases, que resultaram do método de recolha de dados utilizado (entrevista, inquérito e análise documental). Posto isto, a apresentação das variáveis será dividida igualmente em três partes.

5.6.1. Análise Documental – Fase I

Para esta primeira fase a revisão da literatura baseou-se em livros, documentos usados para a pesquisa, leitura, comparação e validação das hipóteses levantadas. Esta fase foi preponderante para o trabalho porque é a partir dela que se vai recolher toda a bibliografia que irá servir de suporte à confirmação e dar resposta aos problemas levantados.

5.6.2. Entrevista – Fase II

Para esta segunda fase do estudo foi utilizado um guião de entrevista como consta em apêndice¹⁷:

- Variáveis independentes. Função: especialistas na área de Polícia do Exército e Polícia Militar (Oficiais e Sargentos que desempenham ou desempenharam funções na Polícia do Exército) e perguntas levantadas que contribuíram para o objetivo deste trabalho. O Contexto é Polícia do Exército/Polícia Militar.

- Variáveis dependentes: respostas às questões da entrevista.

É importante referir que as perguntas foram alteradas ou omissas de acordo com o indivíduo entrevistado.

¹⁷ Ver Apêndice A

5.6.3. Inquérito – Fase III

Para esta terceira fase do estudo foram escolhidas as seguintes variáveis:

-Variáveis independentes. Função: população (militar e civil). Contexto: Polícia do Exército/Polícia Militar.

- Variáveis dependentes: respostas ao inquérito

Para validação do inquérito foi selecionada uma amostra de 10 cidadãos Portugueses com extratos sociais completamente distintos, no entanto são conhecidos da minha pessoa mas não conhecidos entre eles.

5.7. Programas Utilizados

Para tratamento, registo e cálculos foi utilizado o Excel 2010, *Google Docs* que foi utilizado para resposta aos inquéritos através da Internet, e o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20, para análise de dados de teor quantitativo.

Parte IV Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Capítulo 6

Missões da Polícia Militar

6.1. Missões da Polícia Militar

As Missões Doutrinárias segundo o Regulamento de Campanha da PM (1956, p.10 e 11) são as seguintes:

1. Manter a ordem entre o pessoal militar e fazer cumprir as leis e regulamentos militares.
2. Proteger o pessoal militar e os civis de qualquer excesso ou violência.
3. Deter os militares ausentes sem licença ou cuja situação não esteja definida.
4. Evitar e investigar os crimes de foro militar e as infrações aos regulamentos disciplinares e às ordens e determinações do comando.
5. Recuperar a propriedade militar perdida, roubada ou abandonada.
6. Fornecer ao pessoal militar e às entidades para isso autorizadas, informações relativas à localização das unidades, comandos, repartições e outros estabelecimentos ou órgãos militares.
7. Fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes.
8. Escoltar e guardar os prisioneiros de guerra e tratar todos os assuntos com eles relacionados.
9. Exercer, na zona sob a jurisdição territorial do comando de que dependa, vigilância constante, especialmente para reprimir a espionagem, a sabotagem e as atividades subversivas
10. Quando determinado superiormente, cooperar com as autoridades locais e com a Cruz Vermelha, ou outras organizações civis de socorros, em caso de desastre ou qualquer outra emergência grave.

11. Quando determinado superiormente, auxiliar as autoridades civis na repressão de distúrbios, na imposição da lei, na proteção de propriedade pública ou em qualquer outra emergência grave.

As missões da Polícia Militar NATO explanadas na revisão da literatura apresentam-se segundo o seguinte quadro:



Em análise às missões anteriores, as tarefas referidas no Regulamento de Campanha da Polícia Militar do Exército Português, que ainda estão em vigência enquadram-se com as mencionadas no APP-12 do ano de 2002. Se não, veja-se o seguinte quadro:

Quadro nº3 – Equiparação das missões entre os diferentes documentos

Manutenção da Disciplina Lei e Ordem	Manter a ordem entre o pessoal militar e fazer cumprir as leis e regulamentos militares
	Fazer cumprir os regulamentos sobre uniformes
	Proteger o pessoal militar e os civis de qualquer excesso ou violência

Este foi um exemplo de que as missões no RC de 1956 equiparam-se às do APP-12, mas como se analisa, as mais recentes referidas no AJP 3.2.3.3? As missões e tarefas

conferidas à Polícia Militar segundo este documento foram descritas na revisão da literatura, embora as Missões de Detenção e de Polícia tenham sido as mais pormenorizadas, visto terem sido consideradas como as “Novas” Missões. O quadro seguinte mostra as tarefas atribuídas às diferentes missões:

Quadro nº4 – Missões da Polícia Militar

Apoio à Mobilidade	Plano de Movimentos
	Controlo de Movimentos
	Reconhecimento de Itinerários
	Sustentação de movimentos
Segurança	Segurança de Área
	Segurança Física
	Segurança ao Pessoal
	Proteção Pessoal
	Segurança de Informações
Detenção (Processo de Detenção)	Prisioneiros de Guerra
	Detenção de Indivíduos
Missões de Polícia	Manutenção da Disciplina Lei e Ordem
	Formação da Polícia Local e ligação com a mesma
	Investigação Criminal
	Investigação de acidentes e regulação de Trânsito
	Cinotecnia
	Investigação de Crimes de Guerra
	Controlo de Tumultos
	Controlo de Acessos e Fronteiras

Fonte: AJP 3.2.3.3

O quadro anterior espelha as missões da PM, embora algumas tarefas não surjam no RC de 1956. Em análise aos três quadros anteriores apenas muda a nomenclatura e alguns termos são adaptados aos dias de hoje. A Hipótese 4 não se verifica.

Capítulo 7

Quadros Orgânicos

7.1. Análise de Quadros Orgânicos

Neste subcapítulo pretende-se analisar os diferentes quadros orgânicos desde a década de 80, visto ser o mais antigo que se conseguiu apurar. Com estes quantitativos tende-se a comparar o efetivo até aos dias de hoje, para tentar justificar se isso foi influenciável, tendo em conta a natureza das missões que desempenham, enunciadas anteriormente.

Quadro nº5 – Efetivo Operacional do Grupo PE década 70

ANTERIOR AO ANO 1980			
	Oficiais	Sargentos	Praças
Grupo Lanceiros Lisboa	19	35	320

Fonte: Anuário RL2

O quadro anterior apresenta um quantitativo relativamente ao pós-guerra colonial. Desta forma podemos analisar este quantitativo tendo em conta o RC de 1956, que espelha as missões desempenhadas pela PM na época. Nesta análise apenas é considerado o efetivo operacional do Grupo PE, na altura denominado de Grupo de Lanceiros de Lisboa.

Quadro nº6 – Efetivo Operacional do Grupo PE década 90

ANO 1994			
	Oficiais	Sargentos	Praças
Grupo PE	15	29	250

Fonte: Anuário RL2

O quadro anterior, já espelha um período de reestruturação do Exército Português, a entrada na década de 90, e a diminuição dos quantitativos em relação ao período anterior e de guerra colonial, no entanto, ainda é espelhado o período do serviço militar obrigatório.

Em relação aos quadros que se segue a informação é mais precisa, revelando números relativamente a esquadrão, totalidade do regimento e pelotões. Isto acontece, devido ao facto, de a informação ter sido retirada de documentos provenientes do Estado-Maior do Exército. No entanto, analisando os quadros anteriores podemos verificar que os números variam tendo em conta o período pós guerra, e não a tipologia de missões. O quantitativo de Oficiais, Sargentos e Praças não é influenciado, até aqui pelo que se debate.

Quadro nº7 – Efetivo Operacional do Grupo PE pós Serviço Militar Obrigatório

ANO 2006			
	Oficiais	Sargentos	Praças
Grupo PE	11	37	186
Esquadrão	6	18	96
Pelotão	1	4	24

Fonte: Quadro Orgânico 2006

O período pós serviço militar obrigatório é influenciado por um decréscimo significativo na categoria de Oficiais e Praças e aumento de Sargentos, mas até que ponto isto representa uma afetação a nível das missões. Embora condicionados de certa forma pelo efetivo, a tipologia de missões é alterada de certa forma pela uniformização a nível NATO, Portugal continua a desempenhar a tipologia de missões de 1956 no entanto, começa-se a adaptar a uma nova realidade espelhada no APP-12 acompanhada por todos os países que preconizam este manual.

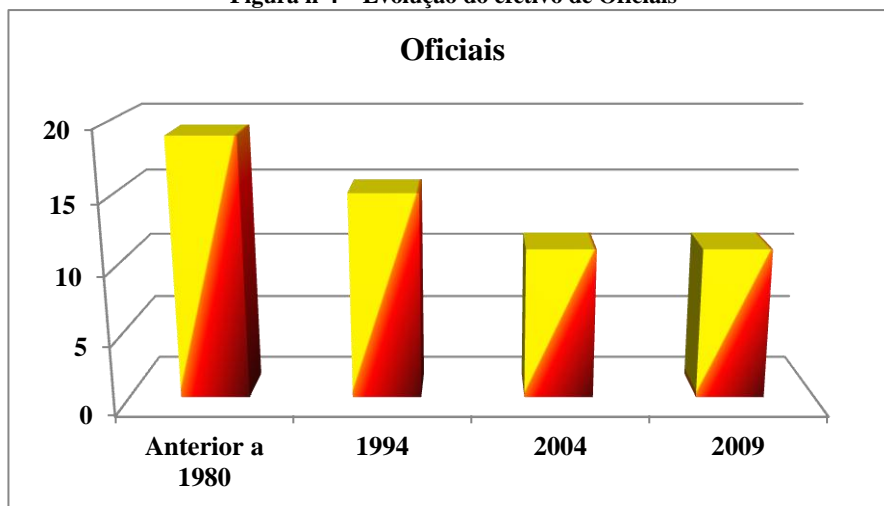
Quadro nº8 – Efetivo Operacional do Grupo PE atual

ANO 2009			
	Oficiais	Sargentos	Praças
Grupo PE	11	37	168
Esquadrão	5	18	83
Pelotão	1	4	23

Fonte: Quadro Orgânico 24.0.56/57 de 2009

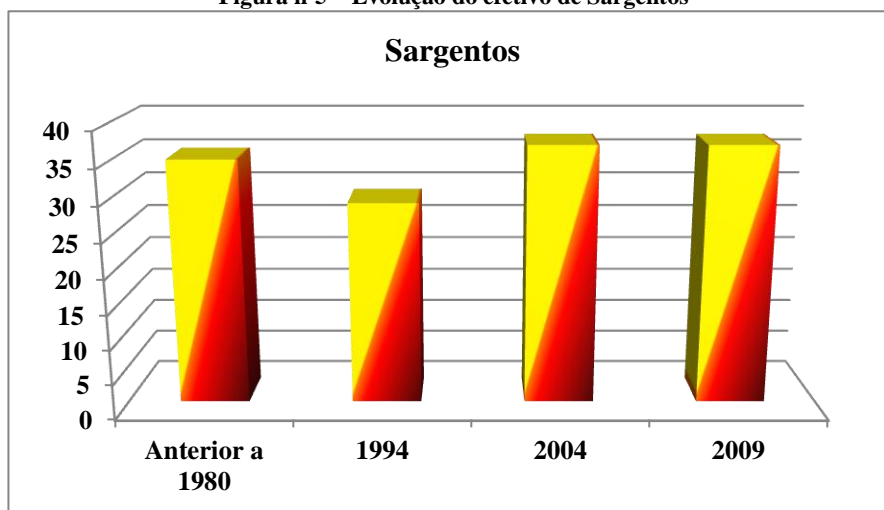
A redução de quatro para três pelotões ao nível de esquadrão também é um facto observado a ter em conta do quadro orgânico de 2006 para 2009. O último quadro orgânico, e atual, pretende dar informação sobre o quantitativo nos dias de hoje. É espelhado também o AJP 3.2.3.3 que surge como uma nova nomenclatura a nível de missões desempenhadas pela Polícia Militar. No entanto, nos dias de hoje temos que considerar a PE a desempenhar funções no Território Nacional em tempo de paz e também quando chamada para cumprir compromissos internacionais como é o caso da *MPCoy* que neste momento está num período de treino multinacional, segundo a diretiva do Comando de Forças Terrestres (CFT). É de citar que para este compromisso internacional o efetivo é de certa forma diferente, mas será alvo de análise no subcapítulo seguinte.

Figura nº4 – Evolução do efetivo de Oficiais



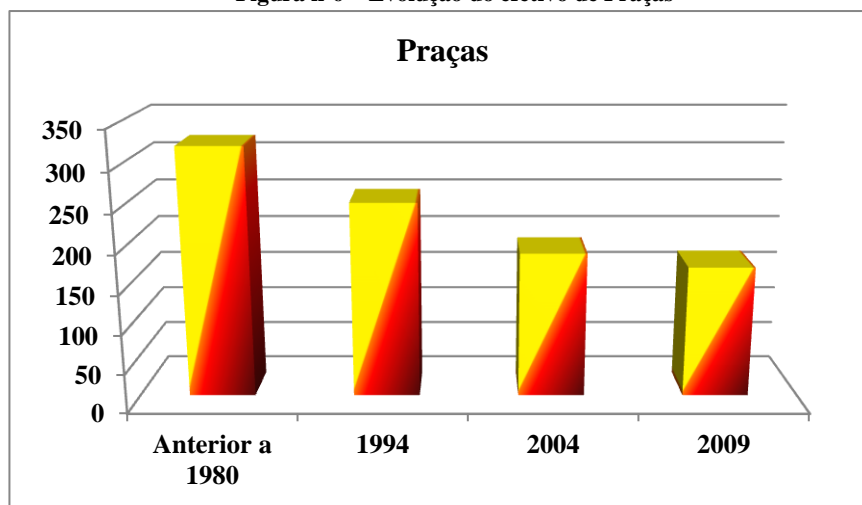
Fonte: Anuário RL2 e Estado-Maior do Exército

Figura nº5 – Evolução do efetivo de Sargentos



Fonte: Anuário RL2 e Estado-Maior do Exército

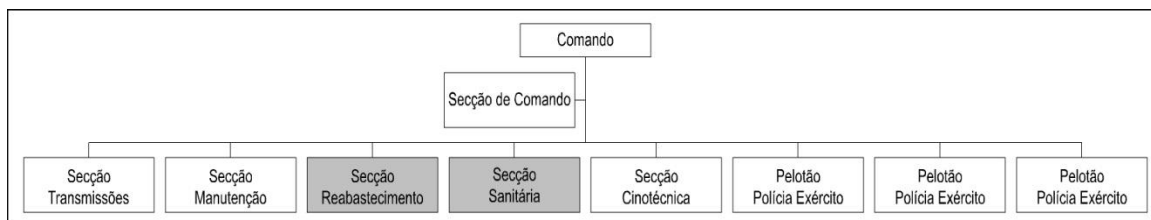
Figura nº6 – Evolução do efetivo de Praças



Fonte: Anuário RL2 e Estado-Maior do Exército

Relativamente ao cumprimento das missões pelo Grupo PE, este organiza-se segundo o Quadro Orgânico aprovado em 2009, e cada Esquadrão é organizado de acordo com o seguinte organograma.

Quadro nº9 Organograma de um Esquadrão de PE



Fonte: Quadro Orgânico 24.0.56/57 de 2009

O conceito de emprego da PE é o mesmo apresentado na revisão da bibliografia na parte da descrição do RC. No entanto, todas as missões atribuídas aos pelotões de PE não são cumpridas em simultâneo, ou seja, não é atribuída uma missão específica a cada pelotão. Posto isto, a Hipótese 1, é verificada.

Analisando o Quadro Orgânico anteriormente referido verifica-se que a organização dos pelotões PE é flexível ao cumprimento das suas missões. “Não tem capacidade para executar todas as missões em simultâneo” (Quadro Orgânico 24.0.57, 2009, p.5)

Quem frequenta o curso de Controlo de Tumultos também frequenta o curso de

Proteção Pessoal. O Grupo PE é especializado em várias áreas, no entanto não as cumpre todas ao mesmo tempo.

7.2. Análise de Entrevistas no Contexto das Missões Internacionais

As missões internacionais têm sido um fator importante que desde alguns anos não residiam na Polícia do Exército. O RL2 é neste momento unidade aprontadora de uma *Force Protection*, o que o coloca num estado de prontidão elevado. A motivação não só individual mas também coletiva, são importantíssimos e inerentes a este novo compromisso, levando a uma formação e aperfeiçoamento nas áreas para o qual a Polícia do Exército é qualificada e no qual abordamos durante a revisão da literatura, por exemplo: Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal, Cinotecnia, Fiscalização de Movimentos. Segundo o Comandante do RL2 há desafios que a Polícia do Exército abrange num entanto o aprontamento deve ser direcionado para a missão e para o teatro de operações onde a força irá ser empenhada. (Alves, 2012)

O regimento em comparação com outros aprontamentos nacionais, realizados por outras unidades, tem alguma vantagem, isto porque na sua grande maioria trabalha em ambiente real. Grande parte das missões que o RL2 executa é em ambiente real o que traz imensas vantagens, não só a nível empírico mas a nível didático também. No entanto, este tipo de atuação é em Território Nacional o que reduz significativamente o grau de ameaça, comparado com a missão que irá desempenhar. (Crespo, 2012) Este tipo de cenários que a força irá encontrar afirma-se como o palco de excelência para a PE, no entanto, este novo desafio permitirá: “atualização/incremento de conhecimentos, táticas, técnicas e procedimentos” no âmbito da Doutrina Nacional, e da Doutrina NATO. (Alves, 2012) É referido ainda pelo entrevistado a atribuição e a consequente disponibilidade de novos materiais e equipamentos para o cumprimento das tarefas para o regimento em apoio à estrutura base do Exército. Este tipo de missões garante no presente e no futuro a um aumento das capacidades do regimento, contribuindo não só numa vertente operacional externa mas também interna, no que respeita ao cumprimento de missões que a Polícia do Exército desempenha no seio do Território Nacional.

O Comandante do RL2 refere ainda que este tipo de missões contribuirá para “um aumento do número de candidatos/interessados em prestar serviço no regimento, com todas

as vantagens daí inerentes, nomeadamente a existência de efetivos adequados às necessidades” (Alves, 2012) Este desafio obrigou a unidade aprontadora a grandes mudanças, que obrigaram certamente e obrigarão a um esforço redobrado em algumas matérias. Os planos de treino incrementados, segundo alguns dos entrevistados são invisíveis, colmatados estes pela unidade na elaboração dos mesmos baseados numa experiência adquirida em missões anteriores. (Rodrigues, 2012)

Com esta análise a Hipótese 6 é verificada.

7.3. Análise do Efetivo da MPCoy

Após esta análise, pelos entrevistados, e em resposta aos desafios colocados pelo desempenho destas missões, o RL2 segundo diretiva do Comando das Forças Terrestres (CFT) iniciou um aprontamento no dia 3 de Janeiro de 2012 para uma companhia de Polícia Militar, (MPCoy) que conta com um efetivo de 90 homens. Este aprontamento passa por vários períodos, o período de treino nacional, período de treino internacional e o período de emprego ou *stand-by*. Este tipo de treino inicia-se nas datas anteriormente referidas para integrar a força da NATO denominada de *NATO Response Force*.

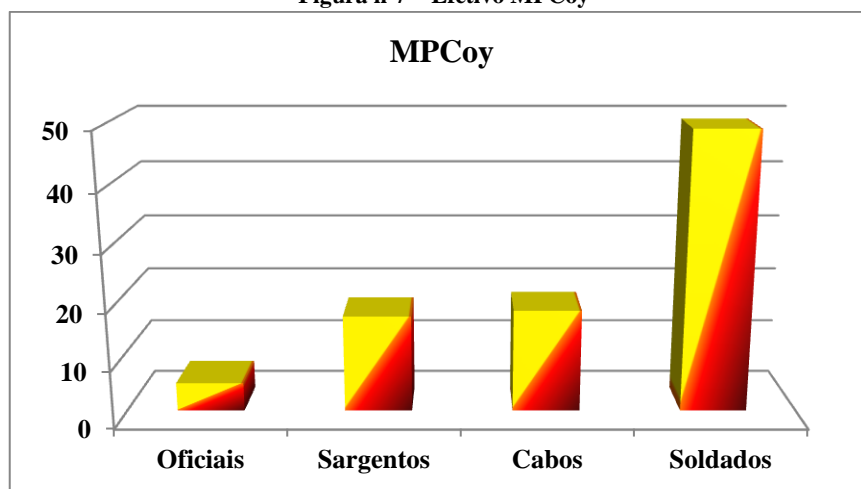
Relativamente ao subcapítulo anterior iremos analisar, também neste, a estrutura orgânica para este tipo de aprontamento.

Quadro nº10 – Efetivo MPCoy

ANO 2009			
	Oficiais	Sargentos	Praças
MPCoy	4	17	68
Pelotão	1	3	22

Fonte: Diretiva Nº 03/CFT/12 Aprontamento para a NRF 2013

Figura nº7 – Efetivo MPCoy



Fonte: Diretiva Nº 03/CFT/12 Aprontamento para a NRF 2013

Pode-se constatar que o efetivo de pelotão é muito semelhante ao efetivo de um pelotão segundo o Quadro Orgânico aprovado em 2009 pelo Chefe Estado-Maior do Exército.

Capítulo 8

Cooperação com Forças de Segurança

8.1. Cooperação com Forças de Segurança

Este Capítulo irá dar continuidade, do ponto de vista prático, ao enquadramento legal onde será abordada, a legislação que poderá tornar real uma cooperação.

Não menos importante com este capítulo, é a necessidade de verificar algumas hipóteses levantadas neste trabalho. Pretende-se retirar conclusões a partir das respostas dadas pelos inquiridos e entrevistados, para saber, no que respeita a cada área abordada, qual o panorama nacional e conjuntamente a opinião de cooperação por parte da PE.

Neste subcapítulo, iremos ainda analisar entrevistas e questionários feitos à amostra anteriormente citada. Pretende-se confrontar as respostas dos entrevistados e ainda as respostas dos inquiridos ao inquérito aplicado, de modo a confirmar as hipóteses levantadas.

8.1.1. Análise das Entrevistas no Contexto de Cooperação com Forças de Segurança

Antes de passar à análise das respostas iremos analisar ainda as respostas dos entrevistados sobre este tema. Foi perguntado aos entrevistados, de acordo com o Apêndice¹⁸ como visualizam o contributo da PE no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança.

Os entrevistados manifestam, que é uma decisão que não esteja totalmente posta de parte, no entanto, há que considerar a legislação. Segundo Alves (2012), este tipo de contributo poderia ser maior, contudo dentro do quadro legal em vigor. “É uma decisão política que naturalmente nos ultrapassa, mas que sempre que possível e adequado, o Exército deverá estar disponível e proactivo.” (Alves, 2012) Já Rodrigues (2012) refere que a valência de Controlo de Tumultos seria uma das mais indicadas para uma possível

¹⁸ Ver Apêndice A

cooperação. Outras áreas são ainda referidas por Crespo (2012) como a segurança a pontos sensíveis considerados de interesse estratégico, reforçando também, quando o nível de ameaça é elevado. Em suma, este tipo de cooperação poderá ser viável, porém, sempre com o empenhamento ou enquadramento que o poder político entender. O patrulhamento de locais sensíveis em países quer da Europa quer do Continente Americano é comum, contudo, estas forças estão devidamente identificadas. “Se as forças de PM cumprem missões de polícia nos diferentes teatros de operações, com maior facilidade cumprem essas missões no Território Nacional” (Crespo, 2012)

O RL2 possui equipamento indicado para cooperação em diversas áreas, se não vejamos o seguinte quadro.

Quadro nº11 – Relação de Material e Armamento

Descrição	Quantidade
Pistola-Metralhadora	26
Pistola	245
Lança Granadas COUGAR (Controlo de Tumultos)	3
Viatura Administrativa VW GOLF	4
Viatura Tática Ligeira	29
Moto	12
Atrelado Transporte 2 Motos	2

Fonte: Situação de material RL2

Neste quadro, podemos confirmar material e armamento para Detenção, Proteção Pessoal, Controlo de Tumultos, Fiscalização de Tráfego, entre outros. A Hipótese 2 é desta forma verificada. No quadro acima referido, podemos observar todo o material e armamento necessário a todas as áreas que abordamos no inquérito, à exceção de drogas e explosivos que são abordados no seguinte quadro.

Quadro nº12 – Relação de Canídeos

Área de Atuação	Quantidade
Deteção de Estupefacientes	4
Patrulha / Deteção de Explosivos	4
Patrulha	1

Fonte: Situação de material RL2

Além deste material aqui referido ainda há muito outro, que não é enunciado aqui, que completa ainda mais a afirmação sobre ser a força dentro do Exército mais capacitada para este tipo de missão, devido à abrangência específica em cada área. Foi também mobilizado um pelotão de Controlo de Tumultos, para um eventual reforço, como foi o caso da Cimeira da Nato, o que vem provar a capacidade do Grupo PE para cumprir missões de cooperação. Com isto a Hipótese 5 é verificada.

No entanto, é necessária uma maior cooperação ou interação entre os pelotões de PE orgânicos das brigadas. Segundo Alves (2012), é necessário uma uniformidade de procedimentos e permanente atualização dos graduados.

“A solução desta necessidade poderia ser concretizada com a vinda desse pessoal ao Regimento, uma vez por semestre ou sempre que oportuno, onde seria divulgada a informação pertinente e ministradas as instruções inerentes a novos procedimentos e equipamentos” (Alves, 2012)

8.1.2 Análise do Inquérito

Nesta parte iremos analisar um questionário feito a uma amostra de população militar e civil, para sabermos que áreas, poderia a PE atuar no Território Nacional tendo em vista uma cooperação com as forças de segurança. Importa salientar antes de mais que não há legislação que permita a PE atuar diretamente em determinadas áreas, visto não se constituir como um Órgão de Polícia Criminal.

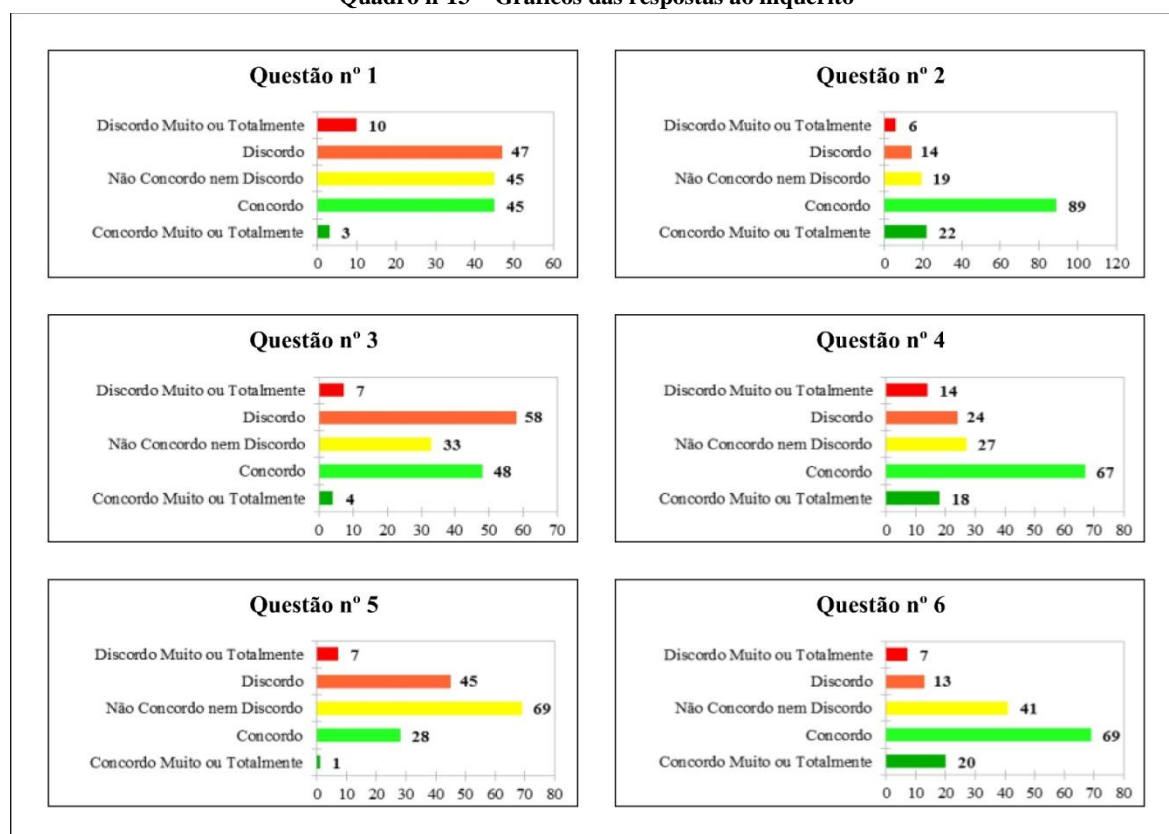
Apenas se vislumbra a atuação em determinadas áreas como agente de Proteção Civil ou quando solicitado pelas Forças de Segurança, ao abrigo das leis anteriormente citadas, contudo, este questionário pretende explanar uma concordância por parte da população civil e dos militares sobre a PE em determinadas áreas. As áreas analisadas não são estranhas às missões que a PE desempenha dentro do que é considerado área militar ou em missões internacionais, porém, as áreas analisadas foram as seguintes: Detenção, Fiscalização Rodoviária, Controlo de Alfândegas, Comércio Ilegal de Estupefacientes, Fiscalização de Explosivos, Manutenção da Disciplina Lei e Ordem em eventos públicos, Conservação e Proteção da Natureza e Patrulhamento de estabelecimentos educativos.

Em seguida, ir-se-á analisar os dados recolhidos no inquérito realizado a vários extratos sociais, população civil, e a indivíduos militares. É de referenciar ainda que este

inquérito foi respondido por elementos da Polícia de Segurança Pública, (PSP) e militares da GNR, porém no inquérito não foi feita essa distinção.

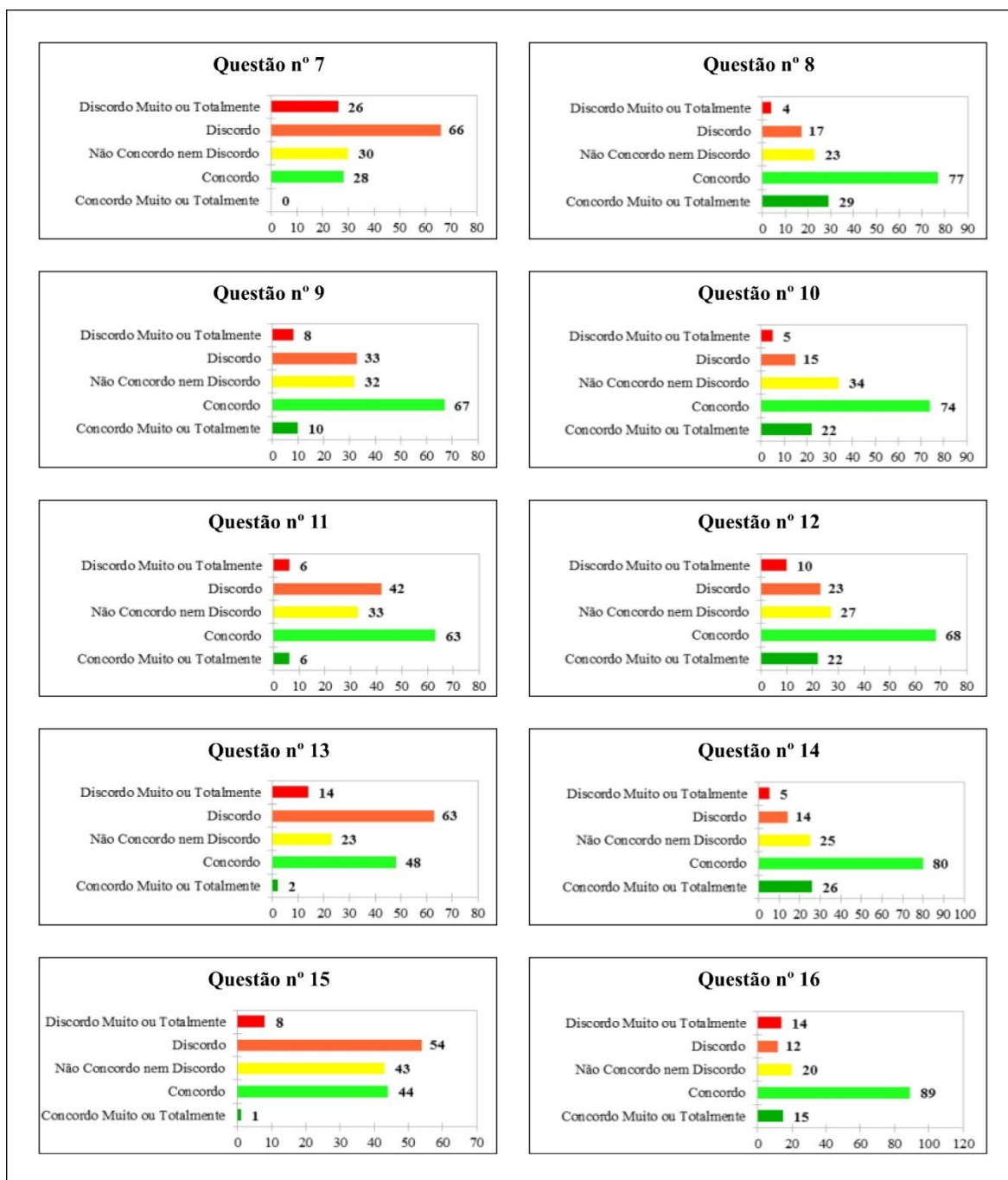
As respostas do inquérito¹⁹ foram submetidas a uma análise estatística tendo-se determinado o Coeficiente de *Alpha de Cronbach*²⁰ a fim de verificar a consistência das 16 questões fechadas, obtendo-se um valor $\alpha = 0,774$, com um desvio padrão DP= 7,680, o que indica que o questionário possui uma fiabilidade aceitável. De um modo geral, um instrumento ou teste é qualificado como tendo uma fiabilidade adequada quando o resultado de α é pelo menos 0,70 (Nunnally, 1978). Todas as questões respeitam uma escala de 5 níveis, em que o nível 1 corresponde ao Discordo muito ou Totalmente (DT), o nível 2 corresponde ao Discordo (D), o nível 3 corresponde ao Nem concordo nem discordo (NCND), o nível 4 corresponde ao Concordo (C) e o nível 5 corresponde ao Concordo muito ou totalmente (CT). Para análise dos resultados das diversas questões vejamos o seguinte quadro.

Quadro nº13 – Gráficos das respostas ao inquérito



¹⁹ Ver Apêndice C

²⁰ O *Alpha de Cronbach* (α) é um importante indicador estatístico de fidedignidade de um instrumento psicométrico, sendo por vezes chamado de coeficiente de fidedignidade de uma escala.



Relativamente à questão nº1 “Portugal é seguro no que respeita à criminalidade.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 10 inquiridos responderam DT (7%), 47 inquiridos responderam D (31%), 45 inquiridos responderam NCND (30%), 45 inquiridos responderam C (30%) e 3 responderam CT (2%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,977$ e a média $X_m = 2,89$.

Relativamente à questão nº2 “A Detenção de indivíduos, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição dos índices de criminalidade em Portugal.” as opiniões

manifestam-se da seguinte maneira: 6 inquiridos responderam DT (4%), 14 inquiridos responderam D (9%), 19 inquiridos responderam NCND (13%), 89 inquiridos responderam C (59%) e 22 responderam CT (15%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,965$ e a média $X_m = 3,71$.

Relativamente à questão nº3 “Portugal é seguro no que respeita à Circulação Rodoviária.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 7 inquiridos responderam DT (5%), 58 inquiridos responderam D (39%), 33 inquiridos responderam NCND (22%), 48 inquiridos responderam C (32%) e 4 responderam CT (3%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,998$ e a média $X_m = 2,89$.

Relativamente à questão nº4 “A Fiscalização Rodoviária, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição dos índices de acidentes nas estradas portuguesas.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 14 inquiridos responderam DT (9%), 24 inquiridos responderam D (16%), 27 inquiridos responderam NCND (18%), 67 inquiridos responderam C (45%) e 18 responderam CT (12%). O desvio padrão foi de $\sigma = 1,163$ e a média $X_m = 3,34$.

Relativamente à questão nº5 “Portugal é seguro no que respeita ao controlo das Alfândegas.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 7 inquiridos responderam DT (5%), 45 inquiridos responderam D (30%), 69 inquiridos responderam NCND (46%), 28 inquiridos responderam C (19%) e 1 responderam CT (1%). O desvio padrão foi de $\sigma = 2,81$ e a média $X_m = 0,817$.

Relativamente à questão nº6 “A Fiscalização de Alfândegas, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição da imigração ilegal.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 7 inquiridos responderam DT (5%), 13 inquiridos responderam D (9%), 41 inquiridos responderam NCND (27%), 69 inquiridos responderam C (46%) e 20 responderam CT (13%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,987$ e a média $X_m = 3,55$.

Relativamente à questão nº7 “Portugal é seguro no que respeita a drogas.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 26 inquiridos responderam DT (17%), 66 inquiridos responderam D (44%), 30 inquiridos responderam NCND (20%), 28 inquiridos responderam C (19%) e 0 responderam CT (0%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,983$ e a média $X_m = 2,40$.

Relativamente à questão nº8 “A Fiscalização de drogas, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição do comércio ilegal de estupefacientes.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 4 inquiridos responderam DT (3%), 17 inquiridos

responderam D (11%), 23 inquiridos responderam NCND (15%), 77 inquiridos responderam C (51%) e 29 responderam CT (19%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,988$ e a média $X_m = 3,73$.

Relativamente à questão nº9 “Portugal é seguro no que respeita a ataques terroristas.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 8 inquiridos responderam DT (5%), 33 inquiridos responderam D (22%), 32 inquiridos responderam NCND (21%), 67 inquiridos responderam C (45%) e 10 responderam CT (7%). O desvio padrão foi de $\sigma = 1,044$ e a média $X_m = 3,25$.

Relativamente à questão nº10 “A Fiscalização de explosivos, pela Polícia do Exército, contribuiria para a prevenção de ataques terroristas.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 5 inquiridos responderam DT (3%), 15 inquiridos responderam D (10%), 34 inquiridos responderam NCND (23%), 74 inquiridos responderam C (49%) e 22 responderam CT (15%). O desvio padrão foi de $\sigma = 0,967$ e a média $X_m = 3,62$.

Relativamente à questão nº11 “Portugal é seguro no que respeita à Manutenção da Disciplina Lei e Ordem em eventos públicos (Ex.: jogos de futebol, espetáculos musicais e diversão noturna).” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 6 inquiridos responderam DT (4%), 42 inquiridos responderam D (28%), 33 inquiridos responderam NCND (22%), 63 inquiridos responderam C (42%) e 6 responderam CT (4%). O desvio padrão foi de $\sigma = 1,004$ e a média $X_m = 3,14$.

Relativamente à questão nº12 “A Manutenção da Disciplina Lei e Ordem em eventos públicos (Ex.: jogos de futebol, espetáculos musicais e diversão noturna), pela Polícia do Exército, contribuiria para um ambiente calmo e sereno.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 10 inquiridos responderam DT (7%), 23 inquiridos responderam D (15%), 27 inquiridos responderam NCND (18%), 68 inquiridos responderam C (45%) e 22 responderam CT (15%). O desvio padrão foi de $\sigma = 1,121$ e a média $X_m = 3,46$.

Relativamente à questão nº13 “Portugal é seguro no que respeita à conservação e proteção da natureza.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 14 inquiridos responderam DT (9%), 63 inquiridos responderam D (42%), 23 inquiridos responderam NCND (15%), 48 inquiridos responderam C (32%) e 2 responderam CT (1%). O desvio padrão foi de $\sigma = 1,052$ e a média $X_m = 2,74$.

Relativamente à questão nº14 “O patrulhamento florestal, pela Polícia do Exército, contribuiria para a conservação e proteção da natureza.” as opiniões manifestam-se da

seguinte maneira: 5 inquiridos responderam DT (3%), 14 inquiridos responderam D (9%), 25 inquiridos responderam NCND (17%), 80 inquiridos responderam C (53%) e 26 responderam CT (17%). O desvio padrão foi de $\sigma=0,970$ e a média $X_m=3,72$.

Relativamente à questão nº15 “Portugal é seguro no que respeita ao patrulhamento em torno de estabelecimentos educativos (Ex.: infantários, escolas, faculdades).” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 8 inquiridos responderam DT (5%), 54 inquiridos responderam D (36%), 43 inquiridos responderam NCND (29%), 44 inquiridos responderam C (29%) e 1 responderam CT (1%). O desvio padrão foi de $\sigma=0,935$ e a média $X_m=2,84$.

Relativamente à questão nº16 “O patrulhamento em torno de estabelecimentos educativos (Ex.: infantários, escolas, faculdades), pela Polícia do Exército, contribuiria para um ambiente seguro.” as opiniões manifestam-se da seguinte maneira: 14 inquiridos responderam DT (9%), 12 inquiridos responderam D (8%), 20 inquiridos responderam NCND (13%), 89 inquiridos responderam C (59%) e 15 responderam CT (10%). O desvio padrão foi de $\sigma=1,085$ e a média $X_m=3,53$.

Com esta análise podemos verificar novamente a Hipótese 5, devido aos tipos de missões que a estrutura operacional da PE cumpre, mas também a Hipótese 3, quando se fala em Proteção e Conservação da Natureza. Além disto, a Hipótese 3 é verificada, porque como vimos na revisão da literatura, o RL2 no seu todo incorpora meios humanos e materiais nos dois planos de Missões de Interesse Público.

Parte V Conclusões

Capítulo 9

Conclusões e Recomendações

9.1. Introdução

Cumpridas todas as etapas a que foi proposto este trabalho, falta então verificar qual o nível atingido, ou seja, verificar as hipóteses levantadas ao longo do trabalho, tecer conclusões e por fim elaborar algumas recomendações para trabalhos futuros.

9.2. Verificação de Hipóteses

Relativamente à primeira hipótese, “A organização do Grupo PE é suficientemente flexível para o cumprimento destas novas missões.” Foi validada. Vimos que o efetivo a nível de pelotão e esquadrão mudou significativamente ao longo dos tempos, mas esta alteração não condicionou as missões que desempenha o Grupo PE. Falamos em reestruturações pós-guerra colonial, fim do serviço militar obrigatório, entre outros. O efetivo que cumpre este tipo de missões, no Território Nacional em tempo de paz, é suficientemente flexível para o cumprir em Missões Internacionais, como vimos anteriormente na análise do efetivo da *MPCoy* e de um Esquadrão de PE. A Redução de efetivos não condiciona o cumprimento da missão com sucesso. Os meios que o Grupo PE tem disponível para auxiliar os meios humanos são os suficientes e os melhores, o que não se verificava nas primeiras décadas analisadas. Também o modo como as equipas são especializadas e a pormenorização das missões que desempenham contribuem para que este tipo de força de diferencie de todas as outras. Equipas cinotécnicas, proteção pessoal entre outras

Relativamente à segunda hipótese: “Possui meios para o cumprimento de missões de cooperação com Forças de Segurança.” Foi validada. Quando falamos em Missões de

Interesse Público, ligadas à cooperação com a proteção civil, a PE participa com o equipamento disponível, nomeadamente transportes ligeiros, pesados, meios de comunicações, material de sobrevivência, material de acondicionamento da força e instalações.

Quando falamos, dentro das Missões de Interesse Público, numa cooperação com Forças de Segurança pode-se verificar que também tem o equipamento, e que dependendo das áreas de atuação, de acordo com o inquérito, os meios estão disponíveis e são utilizados no dia-dia, mas não em missões de cooperação com Forças de Segurança.

Relativamente à terceira Hipótese: “Tem capacidade para desempenhar Missões de Interesse Público.”

O RL2 tem capacidade para cumprir as OMIP sendo este facto confirmado através da análise do quadro orgânico do capítulo anterior. Quando se fala em capacidade, falamos em capacidade material e pessoal. Essa capacidade é refletida na participação ao nível dos Planos LIRA e ALUVIÃO. Poderia ser feito além da cedência de instalações e transportes, a utilização as suas valências, em termos de segurança de uma dada área, fiscalização de tráfego e alargávamos esta capacidade também à cooperação com as Forças de Segurança.

Relativamente à quarta Hipótese, “As novas missões são diferentes das doutrinárias cumpridas pela Polícia do Exército” não foi validada. Vimos na apresentação de resultados as várias missões que a PE cumpre, e comparou-se com as várias atualizações, provenientes da ratificação de manuais, ao longo dos anos. Facto a citar é que a terminologia muda, no entanto as missões cumpridas são as mesmas. Apesar dos canídeos serem uma realidade recente, na execução a buscas cinotécnicas, explosivos e patrulhamento, as missões que cumprem são as mesmas, os meios utilizados é que são diferentes. A terminologia acompanha os tempos. Se outrora apenas se verificava as operações com Prisioneiros de Guerra, nos dias de hoje e devido à diversidade de conflitos, a Detenção de indivíduos encara um novo quadro, como vimos na revisão da literatura.

Relativamente à quinta Hipótese, “Tem capacidade para cumprir missões de cooperação com as Forças de Segurança no Território Nacional.” Foi validada. Vimos que este tipo de cooperação poderia ser maior, contudo casos como a cimeira da NATO, são exemplos que dão como positivo esta simbiose. A PE poderia fazer muito mais, visto ter capacidade a nível de Controlo de Tumultos, Segurança a Pontos Sensíveis, Proteção Pessoal e muitas outras áreas, no entanto, o poder político empenha este tipo de força onde, quando, e como necessário. O efetivo que dispõe para o desempenho deste tipo de missões, não é, como

analisado, o desejado. Em quadro orgânico são atribuídas diversas missões, no entanto, é referido por este mesmo documento que não as consegue cumprir em simultâneo. O inquérito também apoia a validação desta Hipótese, através das respostas dadas pelos inquiridos, no que respeita à concordância com esta cooperação quando verificamos o o nível de concordância com esta cooperação. É importante referir que ter capacidade e não haver aceitação não seria muito conducente.

E por último relativamente à sexta Hipótese, “Os desafios a que se propõem as novas missões são o compromisso de missões internacionais.” Foi validada. O quadro de atuação da PE neste momento é em Território Internacional. Exemplo disto, é a unidade ser aprontadora de uma *Force Protection* e de uma *MPCoy*, como referido por alguns entrevistados. É neste momento e em prol desta missão que a estrutura operacional do Regimento trabalha. A PE, cumpre todo o tipo de missões para que está preparada, e segundo o RC de 1956 e a doutrina NATO. Com isto, nada melhor que os cenários internacionais para se evidenciar. A formação da polícia local, as eleições para implantação de uma democracia e os conflitos populacionais gerados por estas, enquadram-se no cenário perfeito de atuação deste tipo de força verificado pelas missões a nível do APP-12.

9.3. Respostas às Perguntas Derivadas

Após análise das hipóteses, podemos agora responder às perguntas derivadas.

Relativamente à primeira pergunta, “Como se organiza o Grupo de Polícia do Exército para desempenhar estas missões?”, o Grupo PE organiza-se em dois Esquadrões de PE, a três pelotões cada um, como analisado no capítulo 7. O Grupo PE vai mais longe ao ponto de se diferenciar das outras forças no que respeita ao cumprimento da sua missão. Dentro do pelotão as tarefas que cada equipa cumpre para dar resposta à intenção do comandante são várias. Fala-se em Proteção Pessoal a altas entidades, Controlo de Tumultos, Secção Canídea na busca de drogas, explosivos e cães de patrulha. Neste momento, a prioridade do 1ºEsquadrão está direcionada para a *MPCoy* e o 2ºEsquadrão para o cumprimento das missões em Território Nacional. Importa referir novamente, que apesar de todas as missões atribuídas, a estrutura operacional, neste caso os pelotões PE, não as consegue cumprir ao mesmo tempo.

Relativamente à segunda questão, “O efetivo do Grupo de Polícia do Exército sofreu alterações na sua orgânica desde o Regulamento de Campanha de 1956 até à ratificação do AJP?” podemos afirmar que todas as alterações até à data se devem a acontecimentos como o pós-guerra colonial, pós 25 de abril, fim do serviço militar obrigatório. O Grupo PE tem-se adaptado a estas alterações, desempenhando as suas missões sempre com o máximo de rigor, procurando de acordo com as suas capacidades assegurar o cumprimento da missão, apesar da diminuição de efetivos. Os meios que tem à disposição são um apoio preponderante no desempenho das suas missões. Apesar da redução de efetivos as missões são cumpridas de acordo com a prioridade que o Comandante atribuir.

Relativamente à terceira questão, “Face às novas missões terá, a Polícia do Exército, capacidade para desempenhar Outras Missões de Interesse Público?”, o RL2 tem capacidade para desempenhar as OMIP, caso contrário, as mesmas não constavam em quadro orgânico. A limitação que se apresenta é o efetivo. Não conseguindo, a estrutura operacional do Regimento cumprir todas as missões em simultâneo, terá que se moldar de acordo com as prioridades impostas, pelo Comandante. Apesar das várias reduções de efetivos analisado, os meios continuam a existir podendo haver um reaproveitamento dos mesmos para cumprimentos deste tipo de missões.

Relativamente à quarta questão, “Quais os contributos da Polícia do Exército no desempenho de Missões de Interesse Público?” Os contributos são materiais na sua grande maioria. No entanto, de acordo com as suas capacidades e meios, os contributos poderiam direccionar-se não só para os planos em que ela é incluída neste momento, mas também para missões de cooperação com Forças de Segurança. Este tipo de cooperação estão dependentes do plano legal em que a força se encontra, mas não só, o poder político também é claro neste sentido no que respeita às atribuições do Exército neste campo, sendo que a legislação refere que a sua cooperação é apenas quando solicitada.

Relativamente à última questão, “Qual a importância de introdução destas novas missões?”, pode-se afirmar o seguinte: A portaria pelo qual a PE se regula ainda é a mesma, não sofrendo quaisquer alterações até à data. A importância desta nova terminologia surge num panorama de enquadrar as várias técnicas e procedimentos. Quero dizer com isto o seguinte: o que se faz é o mesmo, o modo como se faz e os equipamentos utilizados é que são diferentes. A complexidade destas missões é de tal forma que houve uma necessidade de as descrever. Assim sendo, é importante que Portugal ratifique os

manuais da NATO, para que num cenário como o que o Regimento vive, as técnicas sejam as mesmas comparativamente a outros países da Aliança.

9.4. Resposta à Pergunta de Partida

A pergunta de partida deste trabalho, foi bastante abrangente. A pergunta remete-nos sempre para um universo de respostas que queríamos ver compreendidas neste trabalho. A pergunta de partida é: “Quais os desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.”

O RL2 desempenha as missões que estão no seu quadro orgânico. Apesar de não ter capacidade de as cumprir em simultâneo, os desafios que se colocam em termos do panorama internacional é correspondido.

A atividade que elabora dentro e fora das unidades militares compreendem sempre o molde para que a PE foi concebida, no entanto, a cooperação com Forças de Segurança seria mais um dos desafios a ver cumprido por forças de PE.

Apesar de a escassez do efetivo se apresentar como uma condicionante à resposta de todos estes desafios, os meios existentes e adquiridos apoiam a estrutura e o comandante no cumprimento da missão.

Assim sendo, a resposta à pergunta de partida é o desempenho das missões segundo quadro orgânico em tempo de paz, especialização dos meios humanos para o cumprimento destas novas missões, desempenho de missões de acordo com o Plano Lira e Aluvião, em termos das Missões de Interesse Público, alargando a sua participação em apoio às autoridades civis, capacidade de cooperação com as forças de segurança em determinadas áreas.

9.5. Reflexões Finais

A diversidade de missões que a PE consegue cumprir e os universos onde pode cumprir são um facto importante concluído neste trabalho.

Pode-se constatar que há legislação para cumprir missões de cooperação de acordo com a Lei de Segurança Interna, no entanto a atuação dentro do Território Nacional na via pública verifica a não existência de uma legislação necessária, o que cada vez mais é

contra produtora devido ao facto do meio de atuação da PE ser cada vez mais fora das unidades militares.

No que respeita às Missões Internacionais, é o cenário ideal para ação deste tipo de força. As missões que desempenha não se contrastam em nada com outras unidades no terreno, sendo que o papel que esta irá desempenhar é de todo ligado com as suas missões doutrinárias, não havendo falta de legitimidade ou legalidade no que respeita ao cumprimento da sua missão.

Como reflexão final, pode-se concluir que existem os meios, existem capacidades para missões de cooperação com Forças de Segurança no entanto não são requisitadas mesmo havendo legislação. De outro modo apesar de existirem meios e capacidades para garantir uma escolta a colunas militares na via pública, são controvérsias devido à falta de legislação.

9.6. Recomendações

Este trabalho afigura-se como um ponto de partida para uma possível reformulação do Regulamento de Campanha de 1956, que até aos dias de hoje não sofreu quaisquer alterações. O recorrer a todos os manuais padronizados pela NATO, respeitantes a assuntos de PM, seria a ponte para “modernizar” muitas das técnicas e procedimentos que nos dias de hoje começam a ser vulgarizadas, devido ao equipamento que é posto ao dispor da estrutura operacional da PE, o Grupo.

A inclusão, de algumas das missões de cooperação abordadas neste trabalho, também poderia constituir ponto de análise, na reformulação da Portaria de 1956.

9.7. Limitações da Investigação

Uma das grandes limitações com este estudo foi o panorama legal, que a PE se encontra. Cada vez mais a PE atua fora de unidades militares e vê-se obrigada a proceder ao desempenho das suas tarefas fora destas como por exemplo, a fiscalização de viaturas militares na via pública. Também a escolta de viaturas militares e a capacidade para poder parar o trânsito em detrimento da segurança militar é outra controvérsia que foi colocada com este trabalho.

A falta de tempo para realização do mesmo também foi algo preocupante, visto que a aplicação do método científico, inquéritos e entrevistas, ser das fases mais morosas, e que também não dependem apenas do autor do trabalho.

Pessoalmente atribuo a este tipo de trabalho um nível de dificuldade elevado, devido aos conteúdos que temos que abordar. O conhecimento adquirido na AM não se coaduna com matérias deste tipo. Muitos dos temas propostos são de tal forma complexos que o tempo disponível para realização do citado não é suficiente. Também a falta de diretrizes para entender o que é método científico, constitui-se uma lacuna.

9.8. Investigações Futuras

Para uma investigação, quase que perfeita, a presença do Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Administração Interna e Chefe de Estado-Maior do Exército seriam preponderantes em algumas das áreas abordadas neste trabalho.

O universo a que foi sujeito o inquérito, devia abranger um maior número de população.

O recurso a um apoio legal, para determinadas partes do trabalho também seria um fator decisivo, embora este trabalho não tenha propriamente objetivos legais com exceção da atuação na via pública, que não é considerada área militar.

Concluído, há uma clara falta de legislação sobre a atuação deste tipo de força dentro do Território Nacional em determinadas áreas.

A tendência de aumento da criminalidade, a crise económica europeia, serão tudo indícios que poderiam apontar para uma possível cooperação, mas só este tipo de objetivos dariam uma tese de investigação.

Bibliografia

As referências bibliográficas do presente Trabalho de Investigação Aplicada estão de acordo com as Normas da *American Psychological Association* (APA).

(2007). *Constituição da República Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.

Alves, C. M. (6 de Abril de 2012). Novas Missões da Polícia Militar. (D. Carrilho, Entrevistador)

Carvalho, J. S. (28 de Maio de 2009). Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. *Segurança e Defesa*, pp. 1-23.

Carvalho, J. S. (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

Cavalaria, E. P. (2009). *Polícia do Exército DP-20*. Abrantes: Escola Prática de Cavalaria.

Civil, S. N. (2004). *Setubal na Rede*. Obtido em Março de 2012, de <http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=12966>

Correia, T. R. (2012 de Abril de 12). Novas Missões da Polícia Militar. (D. Carrilho, Entrevistador)

Crespo, T. J. (2012 de Maio de 27). Novas Missões da Polícia Militar. (D. Carrilho, Entrevistador)

Cunha, H. d. (2011). Pescadores das Caxinas chegaram em segurança a Monte Real. *Jornal de Notícias*, 20-21.

DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: Theory and applications*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.

Domingues, J. (2011). Defesa: Ministro quer que três ramos avaliem a participação em mais missões de interesse público. *Jornal de Notícias*, p.18.

- Euronews. (28 de Julho de 2010). *A Invasão do Iraque*. Obtido em 29 de Fevereiro de 2012, de Euronews: <http://pt.euronews.net/2010/07/28/a-invasao-do-iraque-foi-ilegal-blix-dixit/>
- Exército, E.-M. d. (2000). *Regulamento da Lei do Serviço Militar*. Lisboa: EME.
- Exército, E.-M. d. (2006). *Quadro Orgânico 24.0.57*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército, E.-M. d. (2009). *Quadro Orgânico*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército, G. d.-M. (2011). *Transformação do Exército no Período 2010-2011*. Lisboa: Exército Português.
- Exército, M. d. (1956). *Regulamento de Campanha - Serviço de Polícia Militar*. Lisboa: Lisboa.
- Garcia, M. M. (3 de Maio de 2000). As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas. Braga, Portugal .
- Gomes, T. E. (21 de Março de 2012). Novas Missões da Polícia Militar. (D. Carrilho, Entrevistador)
- Headquarters, D. o. (2002). *FM 3-19.4 Military Police Leaders Handbook*. Washington: US Army Reserve.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1): 65-90.
- Nacional, M. D. (2004) *Missões Específicas das Forças Armadas MIFA 04*, Lisboa: MDN
- NATO. (2002). *Allied Procedural Publication - 12*. Bruxelas.
- NATO. (2009). *Allied Joint Doctrine for Military Police*. Bruxelas.
- NATO. (2011). *Treatment and Handling of Captures Persons*. Bruxelas.
- Nº2, R. d. (1980). *Anuário de Lanceiros*. Lisboa: RL2.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill Inc.
- Lei Nº 27/2006, de 03 de Julho. Lei de Bases da Proteção Civil.
- Lei Nº 31-A/2009, de 7 de Julho. Lei de Defesa Nacional e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

Português, E. (2010). *Polícia do Exército*. Lisboa.

Portuguesa, F. A. (23 de Janeiro de 2012). *Real Thaw 2012*. Obtido em 6 de Março de 2012, de Emfa:

<http://www.emfa.pt/realthaw/index.php?bd0b6f49=002&lang=PT>

RL2. (1994). *Anuário de Lanceiros*. Lisboa: Regimento de Lanceiros Nº2.

Rodrigues, S. (22 de Março de 2012). *Novas Missões da Polícia Militar*. (D. Carrilho, Entrevistador)

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.

Teixeira, N. S. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Guião da Entrevista Semiestruturada



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Autor: Aspirante Cav Diogo José Silva Carrilho

Orientador: Major Cavalaria Pedro Alexandre Alves de Carvalho

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho 2012

Carta de Apresentação

Esta entrevista insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade Cavalaria, subordinado ao tema “Novas Missões da Polícia Militar”.

O objetivo desta entrevista é recolher dados acerca do objeto de estudo deste trabalho. Abordar matérias sobre os desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho das suas missões, explorar áreas ao nível das missões de interesse público e cooperação com as forças de segurança. Organização tática, orgânica e material também serão alvo de pesquisa.

Esta entrevista pretende obter uma visão clara e esclarecida acerca do assunto supracitado, constituindo assim parte integrante deste trabalho de investigação.

Solicito a V. Exa que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objetivos desta investigação.

Obrigado pela sua colaboração,

Diogo José Silva Carrilho

Asp Cav

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistados:

Entrevistado 1: Coronel de Cavalaria Matos Alves

Comandante do Regimento de Lanceiros Nº2

Entrevistado 2: Tenente-Coronel de Cavalaria José Crespo

Comandante do Grupo PE

Entrevistado 3: Tenente-Coronel Ricardo Correia

Entrevistado 4: Tenente de Cavalaria Eduardo Gomes

Comandante de EPE

Entrevistado 5: Sargento Ajudante Cavalaria Rui Rodrigues

Sargento de Operações

Objetivos Gerais:

- ✓ Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões
- ✓ Organização tática, orgânica e material
- ✓ Cumprimento de missões de interesse público
- ✓ Cooperação com as forças de segurança dentro das missões de interesse público
- ✓ Áreas de atuação indicada para forças de Polícia do Exército

Blocos Temáticos:

Bloco A: Apresentação da entrevista.

Bloco B: Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.

Bloco C: Organização tática, orgânica e material

Bloco D: Cooperação com as forças de Segurança em/ou Missões de Interesse Público

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apêndice A.1

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistado: Coronel de Cavalaria Carlos Manuel de Matos Alves

Data: 27 de Maio de 2012

Utilização do Gravador: Não

Unidade: RL2

Nota: A entrevista está omissa devido ao limite de páginas imposto pelo Anexo F à NEP 520, relativamente às normas de redação dos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar. A citada está disponível para consulta junto do autor deste trabalho.

Perguntas por Blocos Temáticos: Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objetivos gerais da entrevista; - Legitimar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	Qual o seu nome? Qual o seu posto? Qual a sua arma ou serviço? Qual a função que desempenha?	-Referir ao entrevistado os objetivos do trabalho. -Perguntar se a entrevista pode ser gravada.
Bloco B Desafios	Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.	Que desafios se colocam ao regimento sendo, unidade aprontadora de uma <i>force protection</i> ? Em que aspetos é que este novo desafio pode valorizar o Regimento, a nível do presente e do futuro?	

<p>Bloco C Organização</p>	<p>Organização tática, orgânica e material</p>	<p>Que exigências, dificuldades, limitações obriga ao regimento em resposta a este novo desafio?</p> <p>Quais as áreas, face às suas capacidades, onde a PE poderia empenhar os seus meios a nível do Território Nacional?</p> <p>O equipamento disponível é indicado? É suficiente?</p> <p>Como é feita a interação entre o regimento e os pelotões PE orgânicos das brigadas? A formação é paralela? Há cooperação? Os procedimentos são iguais?</p>	
<p>Bloco D Missões de Interesse Público</p>	<p>Cooperação com as forças de Segurança</p>	<p>Dentro das capacidades do Regimento e face à tipologia das missões que a PE executa, como visualiza o contributo desta força no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança?</p> <p>Quais os entraves, e de que parte poderão ser colocados? Nomeadamente entraves legais, organizacionais?</p> <p>Este tipo de cooperação, na sua opinião, acarretaria custos adicionais ou poderia ser uma solução aplicada devido à crise económica que o país apresenta?</p>	<p>- Agradecer no final o facto de ter facultado e despendido tempo nesta entrevista.</p>

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apêndice A.2

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistado: Tenente Coronel de Cavalaria José Crespo

Data: 22 de Março de 2012

Utilização do Gravador: Não

Unidade: RL2

Nota: A entrevista está omissa devido ao limite de páginas imposto pelo Anexo F à NEP 520, relativamente às normas de redação dos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar. A citada está disponível para consulta junto do autor deste trabalho.

Perguntas por Blocos Temáticos: Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objetivos gerais da entrevista; - Legitimar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Qual o seu nome?</p> <p>Qual o seu posto?</p> <p>Qual a sua arma ou serviço?</p> <p>Qual a função que desempenha?</p>	<p>-Referir ao entrevistado os objetivos do trabalho.</p> <p>-Perguntar se a entrevista pode ser gravada.</p>
Bloco B Desafios	Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.	<p>Que desafios se colocam ao regimento sendo, unidade aprontadora de uma <i>force protection</i>?</p> <p>Em que aspetos é que este novo desafio pode valorizar o Regimento, a nível do presente e do futuro?</p> <p>Como visualiza a Polícia do Exército tendo em conta os novos conflitos internacionais? Serão estes os novos teatros, os cenários indicados para a PE ou para uma força mais reativa (batalhões de infantaria, etc)?</p>	

<p>Bloco C Organização</p>	<p>Organização tática, orgânica e material</p>	<p>De acordo com a sua experiência considera que os homens estão bem preparados para cumprir as exigências dos compromissos internacionais? A formação/preparação é a indicada?</p> <p>Comparativamente a outras polícias militares NATO, deveria a PE em Portugal ser dotada de mais capacidades, valências? Em que áreas?</p> <p>Quais as áreas, face às suas capacidades, onde a PE poderia empenhar os seus meios a nível do Território Nacional?</p> <p>Como é feita a interação entre o regimento e os pelotões PE orgânicos das brigadas? A formação é paralela? Há cooperação? Os procedimentos são iguais?</p>	
<p>Bloco D Missões de Interesse Público</p>	<p>Cooperação com as forças de Segurança</p>	<p>Poderá a PE ter outro tipo de projeções dentro do Território Nacional, dentro destes cenários que caracterizam mundo? (aumento de criminalidade e crime violento)</p> <p>Dentro das capacidades do Regimento e face à tipologia das missões que a PE executa, como visualiza o contributo desta força no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança?</p> <p>Quais os entraves, e de que parte poderão ser colocados? Nomeadamente entraves legais, organizacionais?</p> <p>Este tipo de cooperação, na sua opinião, acarretaria custos adicionais ou poderia ser uma solução aplicada devido à crise económica que o país apresenta?</p>	<p>- Agradecer no final o facto de ter facultado e despendido tempo nesta entrevista.</p>

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apêndice A.3

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistado: Tenente Coronel Especialidade Polícia do Exército Ricardo Correia

Data: 12 de Abril de 2012

Utilização do Gravador: Sim

Unidade: Academia Militar

Nota: A entrevista está omissa devido ao limite de páginas imposto pelo Anexo F à NEP 520, relativamente às normas de redação dos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar. A citada está disponível para consulta junto do autor deste trabalho.

Perguntas por Blocos Temáticos: Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objetivos gerais da entrevista; - Legitimar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	Qual o seu nome? Qual o seu posto? Qual a sua arma ou serviço? Qual a função que desempenha?	-Referir ao entrevistado os objetivos do trabalho. -Perguntar se a entrevista pode ser gravada.
Bloco B Desafios	Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.	Como visualiza a Polícia do Exército tendo em conta os novos conflitos internacionais? Serão estes os novos teatros, os cenários indicados para a PE ou para uma força mais reativa (batalhões de infantaria, etc)?	

Bloco C Organização	Organização tática, orgânica e material	Comparativamente a outras polícias militares NATO, deveria a PE em Portugal ser dotada de mais capacidades, valências? Em que áreas?	
Bloco D Missões de Interesse Público	Cooperação com as forças de Segurança	<p>Poderá a PE ter outro tipo de projecções dentro do Território Nacional, dentro destes cenários que caracterizam mundo? (aumento de criminalidade e crime violento)</p> <p>Dentro das capacidades do Regimento e face à tipologia das missões que a PE executa, como visualiza o contributo desta força no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança?</p> <p>Quais os entraves, e de que parte poderão ser colocados? Nomeadamente entraves legais, organizacionais?</p> <p>Este tipo de cooperação, na sua opinião, acarretaria custos adicionais ou poderia ser uma solução aplicada devido à crise económica que o país apresenta?</p>	<p>- Agradecer no final o facto de ter facultado e despendido tempo nesta entrevista.</p>

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apêndice A.4

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistado: Tenente Cavalaria Eduardo Gomes

Data: 21 de Março de 2012

Utilização do Gravador: Sim

Unidade: RL2

Nota: A entrevista está omissa devido ao limite de páginas imposto pelo Anexo F à NEP 520, relativamente às normas de redação dos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar. A citada está disponível para consulta junto do autor deste trabalho.

Perguntas por Blocos Temáticos: Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objetivos gerais da entrevista; - Legitimar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	Qual o seu nome? Qual o seu posto? Qual a sua arma ou serviço? Qual a função que desempenha?	-Referir ao entrevistado os objetivos do trabalho. -Perguntar se a entrevista pode ser gravada.
Bloco B Desafios	Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.	Que desafios se colocam ao regimento sendo, unidade aprontadora de uma <i>force protection</i> ? Em que aspetos é que este novo desafio pode valorizar o Regimento, a nível do presente e do futuro?	

<p>Bloco C Organização</p>	<p>Organização tática, orgânica e material</p>	<p>Comparativamente a outras polícias militares NATO, deveria a PE em Portugal ser dotada de mais capacidades, valências? Em que áreas?</p> <p>Quais as áreas, face às suas capacidades, onde a PE poderia empenhar os seus meios a nível do Território Nacional?</p> <p>Como é feita a interação entre o regimento e os pelotões PE orgânicos das brigadas? A formação é paralela? Há cooperação? Os procedimentos são iguais?</p>	
<p>Bloco D Missões de Interesse Público</p>	<p>Cooperação com as forças de Segurança</p>	<p>Poderá a PE ter outro tipo de projeções dentro do Território Nacional, dentro destes cenários que caracterizam mundo? (aumento de criminalidade e crime violento)</p> <p>Dentro das capacidades do Regimento e face à tipologia das missões que a PE executa, como visualiza o contributo desta força no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança?</p> <p>Quais os entraves, e de que parte poderão ser colocados? Nomeadamente entraves legais, organizacionais?</p> <p>Este tipo de cooperação, na sua opinião, acarretaria custos adicionais ou poderia ser uma solução aplicada devido à crise económica que o país apresenta?</p>	<p>- Agradecer no final o facto de ter facultado e despendido tempo nesta entrevista.</p>

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apêndice A.5

Tema: “Novas Missões da Polícia Militar”.

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria Diogo José Silva Carrilho

Entrevistado: Sargento Ajudante Cavalaria Rui Rodrigues

Data: 22 de Março de 2012

Utilização do Gravador: Não

Unidade: RL2

Nota: A entrevista está omissa devido ao limite de páginas imposto pelo Anexo F à NEP 520, relativamente às normas de redação dos trabalhos de investigação aplicada da Academia Militar. A citada está disponível para consulta junto do autor deste trabalho.

Perguntas por Blocos Temáticos: Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco A Apresentação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do entrevistador; - Explicar os objetivos gerais da entrevista; - Legitimar a entrevista; - Motivar o entrevistado. 	<p>Qual o seu nome?</p> <p>Qual o seu posto?</p> <p>Qual a sua arma ou serviço?</p> <p>Qual a função que desempenha?</p>	<p>-Referir ao entrevistado os objetivos do trabalho.</p> <p>-Perguntar se a entrevista pode ser gravada.</p>
Bloco B Desafios	Desafios que se colocam à Polícia do Exército no desempenho destas novas missões.	<p>Que desafios se colocam ao regimento sendo, unidade aprontadora de uma <i>force protection</i>?</p> <p>Em que aspetos é que este novo desafio pode valorizar o Regimento, a nível do presente e do futuro?</p> <p>Como visualiza a Polícia do Exército tendo em conta os novos conflitos internacionais? Serão estes os novos teatros, os cenários indicados para a PE ou para uma força mais reativa (batalhões de infantaria, etc)?</p>	

<p>Bloco C Organização</p>	<p>Organização tática, orgânica e material</p>	<p>Comparativamente a outras polícias militares NATO, deveria a PE em Portugal ser dotada de mais capacidades, valências? Em que áreas?</p> <p>Quais as áreas, face às suas capacidades, onde a PE poderia empenhar os seus meios a nível do Território Nacional?</p> <p>Como é feita a interação entre o regimento e os pelotões PE orgânicos das brigadas? A formação é paralela? Há cooperação? Os procedimentos são iguais?</p>	
<p>Bloco D Missões de Interesse Público</p>	<p>Cooperação com as forças de Segurança</p>	<p>Poderá a PE ter outro tipo de projeções dentro do Território Nacional, dentro destes cenários que caracterizam mundo? (aumento de criminalidade e crime violento)</p> <p>Dentro das capacidades do Regimento e face à tipologia das missões que a PE executa, como visualiza o contributo desta força no âmbito da segurança nacional em cooperação com as forças de segurança?</p> <p>Quais os entraves, e de que parte poderão ser colocados? Nomeadamente entraves legais, organizacionais?</p> <p>Este tipo de cooperação, na sua opinião, acarretaria custos adicionais ou poderia ser uma solução aplicada devido à crise económica que o país apresenta?</p>	<p>- Agradecer no final o facto de ter facultado e despendido tempo nesta entrevista.</p>

Apêndice B

Relação entre Plano de Operações VULCANO e LIRA

Apêndice B – Relação de dados entre o Plano de Operações VULCANO e LIRA

Anos	2009	2010	2009	2010	2011
Mobilizações Pessoal	280/Dia 20 Equipas	168/Dia 12 Equipas	1399 47 Pelotões	2610 117 Pelotões	540 23 Pelotões
Mobilizações Viaturas	_____	_____	154	260	61
Km Percorridos	290 000	220 000	43 000	81 000	15 331
Intervenções	122	44	45	43	13
	Plano de Operações VULCANO		Plano de Operações LIRA		

Fonte: Transformação do Exército no período 2010-2011 (2011, p.274-277)

Apêndice C

Inquérito “Novas Missões da Polícia Militar”



Academia Militar

Caro/a Inquirido/a,

Encontro-me atualmente a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada intitulado "Novas Missões da Polícia Militar", no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Arma de Cavalaria, do Exército Português na Academia Militar.

Assim, venho pedir a sua colaboração, solicitando-lhe que dê a sua opinião nas questões do inquérito, no qual se pretende recolher uma opinião sobre a Polícia do Exército. A sua resposta é fundamental para a investigação empírica que estou a realizar.

O inquérito demora cerca de 5 minutos a responder, assegurando-se o seu total anonimato.

As respostas recolhidas serão utilizadas unicamente para os fins aqui expressos.

Apelo deste modo ao seu contributo para esta investigação, desde já apresentando os meus agradecimentos pelo tempo despendido.

Atenciosamente,

Diogo Carrilho
Asp Cav
Academia Militar

Inquérito - “Novas Missões da Polícia Militar” Academia Militar

Idade: _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Categoria: ☐ Civil ☐ Militar

Habilitações Literárias: ☐ 9º ano

☐ 12º ano

☐ Licenciatura

☐ Pós Graduação

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

Por favor, selecione uma das opções abaixo indicadas. Marque com um **X** onde corresponder a sua decisão.

	Discordo Muito ou Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito ou Totalmente
1 - Portugal é seguro no que respeita à Criminalidade.					
2 - A Detenção de indivíduos criminosos, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição dos índices de criminalidade em Portugal.					
3 - Portugal é seguro no que respeita à Circulação Rodoviária					
4 - A Fiscalização Rodoviária, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição dos índices de acidentes nas estradas portuguesas.					

5 - Portugal é seguro no que respeita ao controlo das Alfândegas.					
6 - A Fiscalização de Alfândegas, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição da imigração ilegal.					
7 - Portugal é seguro no que respeita a drogas.					
8 - A Fiscalização de drogas, pela Polícia do Exército, contribuiria para a diminuição do comércio ilegal de estupefacientes.					
9 - Portugal é seguro no que respeita a ataques terroristas.					
10 - A Fiscalização de explosivos, pela Polícia do Exército, contribuiria para a prevenção de ataques terroristas.					
11 - Portugal é seguro no que respeita à Manutenção da Disciplina Lei e Ordem em eventos públicos (Ex.: jogos de futebol, espetáculos musicais e diversão noturna).					
12 - A Manutenção da Disciplina Lei e Ordem em eventos públicos (Ex.: jogos de futebol, espetáculos musicais, diversão noturna), pela Polícia do Exército, contribuiria para um ambiente calmo e sereno.					
13 - Portugal é seguro no que respeita à conservação e proteção da natureza.					
14 - O patrulhamento florestal, pela Polícia do Exército, contribuiria para a conservação e proteção da natureza.					
15 - Portugal é seguro no que respeita ao patrulhamento em torno de estabelecimentos educativos (Ex.: infantários, escolas, faculdades).					
16 - O patrulhamento em torno de estabelecimentos educativos (Ex.: infantários, escolas, faculdades), pela Polícia do Exército, contribuiria para um ambiente seguro.					

Este Inquérito é anónimo. O registo guardado das suas respostas ao inquérito não contém nenhuma informação identificativa a seu respeito.

ANEXOS

Anexo A

Anexo A – Estatuto de Pessoas Capturadas e regras que regulam a Detenção

Tipo de Operação	Pessoa Capturada	Regras que regulam a Detenção	
Conflito Armado Internacional	Prisioneiro de Guerra	Convenção de Genebra III	Direito Internacional Comum e Lei dos Direitos Humanos
	Pessoas com o mesmo tratamento de prisioneiro de guerra		
	Internado	Convenção de Genebra IV	
	Criminoso	Convenção de Genebra III e IV, e Lei Nacional	
	Pessoa indiciada de crimes de guerra		
Não Conflito Armado Internacional	Internado	Art.º3 Convenção de Genebra, Protocolo Adicional II	
	Criminoso	Convenção de Genebra III e IV, e Lei Nacional	
	Pessoa indiciada de crimes de guerra		
	Detidos		
Outro tipo de operações	Criminoso	Lei Nacional	
	Detido		
	Pessoa indiciada de crimes de guerra		

Fonte: Treatment and Handling of Captured Persons (2011, p.10).

